

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Caderno de Debates do **NAAPA**

Relatos de experiências das
equipes multiprofissionais - vol.4



São Paulo - 2016



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
EDUCAÇÃO

Prefeitura da Cidade de São Paulo

Fernando Haddad

Prefeito

Secretaria Municipal de Educação

Nadia Campeão

Vice-Prefeita e Secretária

Fatima Aparecida Antonio

Secretária Adjunta

Marcos Rogério de Souza

Chefe de Gabinete

Coordenadoria Pedagógica

Ana Lucia Sanches

Coordenadora

Núcleo Técnico de Currículo

Luiz Fernando Franco

Coordenador

**Núcleo de Apoio e Acompanhamento
para Aprendizagem**

Adriana Watanabe

Coordenadora

Equipe Técnica - NAAPA

Renata Montrezol Brandstatter

Equipe Administrativa - NAAPA

Lídia da Silva Cavalcante

Assessoria Pedagógica

Carla Biancha Angelucci

Flávia Schilling

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Caderno de Debates do **NAAPA**

Relatos de experiências das
equipes multiprofissionais - vol.4



São Paulo - 2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem

Caderno de debates do NAAPA : relatos de experiências das equipes multiprofissionais. – São Paulo : SME / COPED, 2016.

132p. : il. (v.4)

Bibliografia

1.Educação 2.Aprendizagem I.Título

CDD 370

Código da Memória Técnica: SME41/2016



Caras Educadoras Caros Educadores

O Caderno de Debates do NAAPA – Relatos de Experiências – volume 4 – apresenta os percursos de trabalho dos profissionais das treze equipes dos NAAPAs nos diferentes territórios da cidade de São Paulo. Foram experiências singulares, marcadas por desafios, conflitos, surpresas e engajamento na promoção dos direitos de bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos matriculados em nossas Unidades Educacionais.

Os relatos apresentam histórias reais e cotidianas contadas pelos(as) autores(as) e protagonistas do vivido. Deste modo, pensamos que pode ser possível entrar em contato com os enfrentamentos necessários quando o que está em jogo é garantir a vida, os direitos individuais, sociais e políticos.

Os relatos de experiências demonstram o compromisso ético político dos(as) trabalhadores do NAAPA tendo como base e princípio: o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes. O respeito com os diferentes modos de vida, com a educação pública e aposta no trabalho coletivo, buscou minimizar desigualdades

sociais e educacionais, violações de direitos e consequentemente o sofrimento humano, abrindo espaços para que o processo ensino-aprendizagem se consolide em uma perspectiva da gestão democrática e participativa.

O nosso principal cenário é a Educação, as Unidades Educacionais, as equipes multiprofissionais estrategicamente lotadas nas Diretorias Regionais de Educação as quais expressam questões de diferentes ordens: política, ética, saúde, social, educacional. Nosso compromisso tem como prioridade garantir o exercício do direito à Educação com todos os significantes que esta palavra-chave expressa.

Garantir o direito à Educação, pública, laica, gratuita e de qualidade social, para “nós” do NAAPA explicita os “nós” difíceis de tecer nas redes de proteção social, os “nós” que não desatam e que muitas vezes criam obstáculos e dificuldades para a vida, na vida.

Pactuamos não ceder, não aceitaremos nenhum direito a menos!

Equipe Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem - NAAPA

Coordenadoria Pedagógica - COPED

Sumário

1. Diretoria Regional de Educação Butantã	11
2. Diretoria Regional de Educação Campo Limpo.....	21
3. Diretoria Regional de Educação Capela do Socorro	29
4. Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia	37
5. Diretoria Regional de Educação Guaianases	47
6. Diretoria Regional de Educação Ipiranga.....	57
7. Diretoria Regional de Educação Itaquera	69
8. Diretoria Regional de Educação Jaçanã /Tremembé.....	77
9. Diretoria Regional de Educação Penha	85
10. Diretoria Regional de Educação Pirituba/Jaraguá	97
11. Diretoria Regional de Educação Santo Amaro	103
12. Diretoria Regional de Educação São Mateus	113
13. Diretoria Regional de Educação São Miguel Paulista.....	121
Autores e Autoras	128



Equipe NAAPA DRE Butantã



Equipe NAAPA DRE Campo Limpo



Equipe NAAPA DRE Guaianases



Equipe NAAPA DRE Ipiranga



Equipe NAAPA DRE São Miguel Paulista



Equipe NAAPA DRE Penha



Equipe NAAPA DRE São Mateus



Equipe NAAPA DRE Capela do Socorro



Equipe NAAPA DRE Freguesia / Brasilândia



Equipe NAAPA DRE Itaquera



Equipe NAAPA DRE Jaçanã / Tremembé



Equipe NAAPA DRE Pirituba / Jaraguá



Equipe NAAPA DRE Santo Amaro



Equipe NAAPA SME

1. Diretoria Regional de Educação Butantã

*André Luiz Corrêa
Cíntia Carolina Pereira
Cintia da Silva Pinto de Carvalho
Juliana Maria Soares de Toledo
Maíra Barbosa
Rosiane Caetano
Washington José Oliveira da Fonseca*

Quando a escola diz: “aqui não dá mais”

A escola diz “*não dá mais*” e ao fazer isso anuncia que se encontra em uma situação-limite, que seus esforços se esgotaram e, assim, podemos escutar na sua denúncia: este educando já está simbolicamente fora do espaço escolar.

Embora frequente a escola, já não estabelece uma relação de pertencimento com suas atividades, está lá como se fosse um espaço sem sentido ao qual vai para passar o tempo.

A equipe escolar continua: não há mais apostas que possam ser feitas, “*já tentamos de tudo*”. Nesses casos, observamos que geralmente os encaminhamentos se direcionam para processos de transferência compulsória como medida de cuidado do educando e da própria Unidade Educacional que, assim, explicita seu sofrimento. E tal escolha não é à toa, na primeira escuta já nos deparamos com uma Unidade Educacional paralisada na posição da impotência e frustrada diante do processo educativo e pedagógico.

Assim recebemos o caso de Bruno, convocados quando a situação já não era mais sustentável segundo a equipe escolar. Estávamos diante de um caso em que já se havia determinado o fracasso e apenas se aguardava a resolução prática do problema. *Para onde este aluno vai? Aqui não dá mais.*

Bruno de fato não era fácil. Seu comportamento estava pautado no desafio e no teste do outro – teste de paciência, teste das consequências, teste de afeto. Bruno parecia não ligar se quem estava enfrentando era a Guarda Municipal ou o colega de classe, “*quando estoura ninguém segura*”, afirmava a Diretora.

Embora frequentasse a escola, mal ficava em sala de aula. Havia um temor por parte dos professores em questioná-lo, pontuar as regras, exigir disciplina e desencadear no aluno os rompantes agressivos tão comuns. Assim, ele circulava pelo espaço escolar, entrava em um conflito aqui e ali e evidenciava pela sua presença que algo não ia bem. Bruno nomeava um mal-estar que não dizia respeito apenas a sua posição de aluno indomável, mas falava também da instituição escolar em si. Falava da falta de aposta da comunidade na escola, da mudança contínua e constante da equipe de professores e gestores impedindo que trabalhos e projetos fossem concluídos, da fama que se produzia daquele espaço ser “um lugar de resto”: quem quer ocupar o lugar de resto?

Embora a aproximação inicial das equipes escolares ao NAAPA chegasse com a demanda de “*dê um jeito naquilo que não tem jeito*”, entendíamos que estávamos sendo convidados para compor as cenas do espaço escolar e, logo percebíamos quão difícil seria desconstruir um processo que já estava muito marcado – tanto para o educando quanto para a escola. As relações estavam muito desgastadas e era complicado sustentar a permanência do educando naquele espaço escolar, consideradas as complexidades que ali se apresentavam na composição das situações. Esforçamo-nos para fazer a escuta das narrativas e compreender o que havia sido rompido, os elementos que compunham os fenômenos e as análises que cada sujeito, equipe

educacional, educandos(as) e suas famílias faziam daquilo que se apresenta como *situação-limite*.

Entendemos que as práticas violentas precisam ser tomadas resultado de conflitos que expressam forças que estão em jogo no espaço institucional e questionam a organização escolar, ritualizada e enrijecida e as relações que lá se desenvolvem. Nossa proposta envolve pensar este fenômeno como expressão social, política, econômica, cultural, abrindo espaços que permitam à comunidade escolar discutir suas implicações com a construção do cotidiano educacional, envolvendo a diversidade de posições ante o processo, assim como as insatisfações, demandas e alternativas. Isso requer pensar a educação como processo que deve ser feito em rede, com base territorial, trazendo o mundo social para dentro da escola e levando o mundo escolar para fora desta instituição. O modo de fazer isso está na produção coletiva, na criação de espaços e tempos nos quais os professores possam compartilhar saberes, multiplicar hipóteses, desequilibrar as crenças que sustentam os fazeres.

Para isso, muitas vezes, adentramos o espaço escolar, as salas dos professores, os momentos de JEIF e encontros coletivos para escutar as narrativas de cada equipe escolar. Podemos ouvir como os professores compreendem a questão complexa em pauta, como a equipe gestora tem mediado os conflitos que tais situações geram e qual repercussão isso tem tido na leitura da equipe em relação aos educandos e comunidade. Acreditamos que esta escuta pode nos ajudar, em parceria com a escola, a planejar, estudar, trocar, avaliar, conversar, conflitar, divergir, convergir, conviver, enfim, dialogar.

Para o NAAPA, há uma busca por compreender junto à Unidade Educacional o que tentaram sustentar diante dos conflitos cotidianos, quais os enfrentamentos que empreenderam sem acionar outros agentes e, quais as concepções que embasaram essas ações. Compreendemos que esta reflexão contribui para a identificação e visibilidade das potências que cada equipe educacional possui e faz

uso no trabalho educativo, permitindo que se desloque da posição de impotência à medida que passa a compreender os percursos que trilhou diante das situações.

Quando a escola pode refletir sobre suas ações tem condições de reconstruir sua memória resgatando suas análises e ações diante de uma situação de tensão no ambiente escolar. Esta é uma tarefa a qual temos investido junto às equipes educacionais.

A construção deste espaço de reflexão é muito rica e necessária já que a demanda ao NAAPA vem muitas vezes com um pedido de ajuda, mas com a certeza de que não há mais nada a fazer. E se a conversa se inicia com “*Nós já tentamos de tudo*”, como abrir espaço para compreender o que é ter tentado de tudo? Dá para ter tentado tudo?

A abertura destes espaços de reflexão é significativamente complexa. Exige da equipe escolar uma disposição para se rever e reavaliar sua prática. Exige da equipe do NAAPA a aposta de que sempre há algo a ser feito, mesmo nos casos em que todos julgam sem saída. Sustentar esta aposta não é algo simples. A equipe precisa estar afinada e comprometida com a possibilidade de mudança, e precisa ter parceria e cumplicidade para se apoiar nas resistências que se encontram neste campo de atuação. Afinal de contas, inverter a afirmação “*Já tentamos de tudo*” para o questionamento “*Já tentamos de tudo?*” não é tarefa fácil para ninguém: nem para o NAAPA, nem para equipe escolar, para família ou educando.

São muitas informações e muitas as histórias. São muitos também os sentimentos que se evidenciam nas entrelinhas das falas: angústia, raiva, frustração, desesperança. São situações de vulnerabilidade social, violência, negligência, de repetidos cadernos fechados e cópias sem sentido. A equipe do NAAPA está em contato direto com os casos e causos que tomam o corpo dos professores, que questionam a estrutura escolar e que geram perguntas sobre até onde vai o trabalho de educar, quais são os seus limites?

Nas análises que vamos produzindo, a partir das escutas e nas discussões em equipe na Reunião Interdisciplinar do NAAPA, percebemos que as situações demandam esforços conjuntos e exigem a articulação com outros agentes do território na construção de uma rede de apoio e sustentação dos educandos e educandas e das Unidades Educacionais.

Na escuta que fazemos nas Unidades Educacionais, percebemos e legitimamos o sofrimento dos sujeitos diante daquilo que ali se apresenta como *situação-limite*, reconhecendo que há uma tensão que exige alívio. E, este alívio não pode ser reduzido a uma única ação, nos cabe empreender ações distintas que constituem um *cuidado* integrado e que se destina a todos, principalmente aos educandos e educandas, sujeitos para o qual a ação de todos se direciona, uma vez que somos responsáveis pelo processo educativo dos bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos.

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum. (ARENDETT, 1972 P. 247)

Há uma peculiaridade em cada cena e esta precisa ser pensada e cuidada, mas percebemos um comum que se produz no cotidiano na qual situações tensas se manifestam. Temáticas surgem destes impasses: questões de sexualidade, de comportamentos relacionados à agressividade, questões de saúde mental (esta relacionada às diferentes formas de subjetividades produzidas socialmente e ao uso de substâncias psicoativas) entre outras.

Observamos as dificuldades que as equipes encontram no manejo das situações em que estas questões se colocam e no atravessamento do processo pedagógico e educativo. É preciso trazer a discussão para o centro de nossa ação, procurando dar visibilidade para aquilo que nos incomoda, para aquilo que até o momento não pôde ser dito e que na interação com os educandos e educandas paralisa.

Percebemos que há lacunas na formação inicial acerca destas questões, muitas vezes porque é difícil falar sobre aquilo que em geral está circunscrito ao âmbito do privado, como é o caso da sexualidade ou àquilo que, ao incomodar, permanece fora das nossas áreas de atenção como é o caso da saúde mental.

A perspectiva do nosso trabalho se faz no coletivo, junto com os educadores e a equipe gestora para compreender as dimensões que compõem estas situações tensas, procurando desconstruir os “mitos” que estigmatizam o educando e dificultam o trabalho com a questão.

Fazemos um esforço conjunto de aproximação, de busca pelo sujeito e por sua história, que pode ser contada por outros agentes e pelo próprio educando/educanda. Este investimento não se faz sozinho, mas convoca os adultos envolvidos para a construção de um ambiente onde outros projetos possam ser pensados.

Neste processo, vamos percebendo que outros agentes precisam estar ali compondo as cenas e fazendo essa articulação interna na Diretoria Regional de Educação (DRE) com os demais setores que promovem ações que podem contribuir com as reflexões e tomadas de decisão. A Supervisão Escolar é importante para enriquecer o processo, acolhendo as equipes gestoras e educacionais nas demandas referentes a estas situações. Entendemos que estes parceiros, os Supervisores Escolares, podem auxiliar as Unidades Educacionais com a experiência e os saberes referentes às legislações e documentos produzidos pela Secretaria Municipal

de Educação. O Supervisor Escolar é o profissional que tem a potência de acompanhar as equipes, auxiliando-as quanto aos procedimentos educativos e pedagógicos tendo em vista os princípios de SME.

Faz-se necessário a aproximação com os formadores da Divisão Pedagógica (DIPED) para compor ações formativas que auxiliem estas Unidades no acesso e na produção de saberes acerca das temáticas apresentadas e que enriqueçam sua prática pedagógica, que potencializem as intervenções em situações que possivelmente criem tensões. Consideramos, ainda, importante a interlocução com Divisão de CEU e Educação Integral (DICEU) para identificar possíveis ações que possam ser inseridas no cotidiano educacional e promovam outros espaços de aprendizagem e interação.

Compreendemos que a busca por produzir escuta das diferentes narrativas e ações integradas constitui um processo no qual todos precisam se implicar para que a situação tensa seja superada, para que aquilo que se apresentou como limite possa configurar-se como elemento constituinte da história de todos.

Não cabe à equipe do NAAPA a tomada de decisão quanto à permanência ou não do educando ou educanda na Unidade Educacionais: esta é uma posição que precisa ser assumida pelas equipes educacionais no diálogo com a Supervisão Escolar e com a comunidade escolar, representada pelo Conselho de Escola, tendo em vista os princípios que norteiam o trabalho educativo e pedagógico na Cidade de São Paulo.

Constitui-se como tarefa do NAAPA a composição do processo de reflexão para que se garanta o cuidado e o respeito ao direito à educação e aprendizagem, reconhecendo e legitimando o sofrimento apresentado por todos os sujeitos envolvidos nas situações, pois, em qualquer circunstância, a escola continua sendo, por excelência, o espaço no qual se pode promover o comportamento reflexivo-crítico indispensável à cidadania ativa, com identidade e pertinência,

considerando que a educação formal precisa ser hoje repensada na perspectiva da realidade complexa, plural, fluente, globalizada e multicultural, tanto em termos de procedimentos pedagógicos quanto de conteúdos e de formação cidadã.

No percurso deste processo procuramos identificar pessoas de referência com quem estes educandos e educandas tenham vínculos positivos e com os quais o acesso permita a construção de outros lugares dentro do cotidiano educacional. Este é, muitas vezes, um momento delicado, pois exige que o grupo consiga dar sustentação para que estes investimentos sejam feitos por um ou mais profissionais. É o momento no qual a aposta coletiva no fazer educativo pode ser reconstituída no encontro com o educando e educanda.

A reconstrução do investimento educativo, da aposta na educação como espaço de cuidado e constituição subjetiva e cidadã, na medida em que o acesso aos conhecimentos possibilita a construção de outros lugares no mundo, é o princípio de trabalho que orienta as ações da equipe do NAAPA da DRE Butantã. Contudo, entendemos que este esforço precisa considerar todos os sujeitos envolvidos, incluindo os profissionais que ali apresentam seus sofrimentos, os recursos de que dispõem e os seus limites.

O que é possível fazer para que cada sujeito seja considerado, para que o cuidado se faça e para que os processos educativos e pedagógicos de cada educando e educanda sejam respeitados e garantidos?

Diante da perspectiva do uso da transferência compulsória como medida de resolução da situação-limite, explicitamos às equipes educacionais a preocupação com o rompimento de vínculos, de histórias e a reafirmação de não pertencimento que muitos educandos e educandas vão tendo como marca na constituição das suas trajetórias e processos educativos. Algumas vezes a escola anuncia que o educando ou a educanda não possui vínculos e que uma trans-

ferência para outra Unidade propiciaria o recomeço, a construção de uma nova história. Fazendo uso deste ponto e, algumas vezes, sinalizando o esgotamento das estratégias frente à situação, ao encontro com o educando/educanda em questão, a equipe escolar recorre ao Regimento Educacional para a resolução do que se apresenta como um problema.

Num diálogo junto com a equipe da Unidade Educacional e com a Supervisão Escolar, colocamos em questão os dispositivos de sanção e fomentamos uma reflexão sobre eles e a possibilidade de criação de novas estratégias que fortaleçam os sujeitos e o próprio processo educativo.

É possível produzir outras formas de sanção que se traduzam em medidas de cuidado para aqueles educandos e educandas que, ainda, não conseguem se organizar sozinhos e que, muitas vezes, não conseguem corresponder prontamente às demandas do processo pedagógico e educativo. Este trabalho requer investimento interno e externo e pauta-se na convicção de que a Educação também cuida à medida que propicia aos sujeitos acesso a conhecimentos e circulação por outros lugares, lugares potentes e produtivos no mundo.

Referência

ARENDDT, Hannah. **A crise na educação**: entre o passado e o futuro. III e IV. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 247.

2. Diretoria Regional de Educação Campo Limpo

Danielle Alves Parussi

Graciane Rodrigues Santos Balaban

Karina Chagas dos Santos

Lais Aparecida Nunes

Laura Rosa Ribeiro Mendes

Lucilene Maria da Silva

Paulo José Cavalcante

O NAAPA da Diretoria Regional de Educação Campo Limpo – DRE CL, no início do ano de 2015, constituiu-se como equipe de oito profissionais, na seguinte configuração: uma coordenadora; uma assistente social; dois psicólogos; duas psicopedagogas; uma fonoaudióloga e uma coordenadora pedagógica readaptada, como apoio no setor.

A DRE CL abrange os distritos de Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim São Luiz, Jardim Ângela e Vila Andrade. Os/As profissionais do Núcleo organizaram-se como referência para cada distrito, para apoio e acompanhamento das solicitações das Unidades Educacionais, e para diálogo e fortalecimento da articulação com os equipamentos que configuram a rede de proteção social.

Considerando a importância da efetividade da articulação com a rede de proteção social, a equipe iniciou um trabalho de mapeamento dos serviços existentes nos territórios. A fim de apresentar a proposta de trabalho do NAAPA, conhecer os/as profissionais e os serviços que fazem parte da rede de proteção da região, de imediato, houve participação em eventos, como fóruns de saúde mental, reuniões intersectoriais e de matriciamento.

A aproximação com as equipes escolares ocorreu a partir da apresentação da proposta de trabalho nas 72 Unidades Educacionais de Ensino Fundamental, considerado o público prioritário para o ano de 2015. Iniciaram-se, então, as solicitações realizadas ao NAAPA. As situações foram acolhidas pela equipe, que passou a realizar o trabalho de apoio e acompanhamento, promovendo, sempre que necessário, a articulação com a Rede de Proteção Social.

Visitas às escolas	Visitas à rede de Proteção	Relatórios recebidos	Cursos
<p>Total: 79 visitas</p> <p>EMEF: 70 EMEI: 4 CEI: 3 CEMEI: 1 CIEJA: 1</p>	<p>51 visitas (CAPSi; NPV; Fábrica de Cultura; CREAS; SUVS; Conselho Tutelar; SAICA; SPVV; ONG. UBS; Vara da Infância; SASF; NPJ; CDCM; CRIA)</p>	<p>Jardim Ângela: 20 relatórios</p>	<p>Para além da dislexia: 85 professores certificados</p>
<p>Acompanhamento</p> <p>1 vez: 46 escolas 2 vezes: 15 escolas 3 vezes: 11 escolas 4 vezes: 4 escolas 5 vezes: 3 escolas</p>		<p>Campo Limpo: 99 relatórios</p>	<p>Capão Redondo: 90 relatórios</p>
TOTAL 130 VISITAS		TOTAL 227 RELATÓRIOS	TOTAL 122 CERTIFICAÇÕES

Itinerâncias e ações de 2015. (Fonte: Plano de ação NAAPA DRE Campo Limpo)

Para ilustrar o trabalho da equipe na DRE CL, escolhemos três situações.

O trabalho de articulação com a rede de proteção social

Em uma das situações, o NAAPA foi contatado por telefone pela equipe escolar. O relato tratava de uma criança com dez anos que, há mais ou menos dois anos, havia sofrido violência sexual intrafamiliar e, por um período, havia sido acompanhada pela equipe de saúde. Há cerca de um ano, o acompanhamento foi interrompido por questões relativas ao funcionamento da UBS. Em maio de 2015, houve procura pela coordenação pedagógica com um pedido informal de reclassificação. Tal pedido relacionava-se com o desejo de permanecer na escola no horário oposto ao atual, devido à violência doméstica. A equipe do NAAPA, então, aproximou-se da equipe escolar para compreender a situação e propor um trabalho que incluísse a participação tanto de profissionais da educação quanto de outros equipamentos que constituem a rede de proteção social no território da escola. Assim, em uma reunião intersetorial, coordenada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, foi realizado o matriciamento, dando ênfase às ações que os equipamentos poderiam realizar. Ficou acertado que a equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF retomaria o atendimento psicológico da criança, o CREAS articularia a matrícula em um Centro da Criança e do Adolescente - CCA no contraturno escolar. Enquanto isso, a equipe escolar e o NAAPA discutiram eventuais implicações da situação sobre o currículo e as aprendizagens da criança, propondo atividades dos projetos do Programa Mais Educação no contraturno. A situação continuou sendo acompanhada, sendo percebida melhora considerável no processo educacional da criança, que hoje realiza as atividades escolares sem grandes dificuldades.

O fortalecimento de vínculos da criança com a escola

Outra escola acionou a equipe do NAAPA no final do primeiro semestre de 2015, primeiramente por contato telefônico realizado por uma coordenadora pedagógica de Unidade Educacional, seguido de envio de relatório.

O relatório descrevia a situação de uma criança com seis anos de idade que, embora não apresentasse dificuldades na aprendizagem, era tímida, possuía um comportamento ‘atípico’ ao chegar à Unidade, gritava, chorava, agarrava-se às portas e grades, agredindo funcionários quando tentavam levá-la à sala de aula. Em sala, chutava e gritava por aproximadamente trinta minutos, chamando por sua mãe sem que ninguém conseguisse acalmá-la. A criança era recém-chegada à Unidade e, segundo relatos da comunidade, já vinha apresentando tais comportamentos. A escola já havia buscado intervir sobre a situação, buscando garantir a presença da mãe na escola. Entretanto, as dificuldades permaneciam quando de sua ausência.

A equipe do NAAPA compareceu à Unidade e, em uma observação da rotina no horário de entrada, percebeu que a situação de separação entre mãe e criança trazia significativo sofrimento. Assim, foi realizada uma entrevista com a mãe, ocasião em que aspectos da história de vida e a frequência ao Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I puderam ser conhecidos, originando uma articulação com o equipamento de saúde mental.

Em diálogo com a equipe escolar, envolvendo a gestão e professores/as, conversamos sobre estratégias que poderiam auxiliar a família desde o momento em que chegassem à Unidade, ampliando o acolhimento e o fortalecimento de vínculo com a escola. Um dos/as profissionais dispôs-se a realizar a ação de acolhimento, auxiliando, também a professora responsável pela turma a aproximar-se do educando. Na ação do NAAPA, a equipe escolar pode compartilhar as potencialidades da criança e elencar atividades que poderiam ser realizadas em outros ambientes da escola, possibilitando a ressignificação das experiências no espaço educacional.

Também foi realizado um encontro com os/as profissionais do CAPS I, equipe NAAPA, Unidade Educacional, família. Foram criadas algumas propostas, a partir da percepção a respeito das relações que a criança já havia estabelecido com os/as diferentes profissionais da Unidade Educacional, valorizando a aproximação com a professora, a necessidade de conversas pontuais e enfatizando as atividades realizadas na escola e a cessação da permanência de familiares durante as aulas.

A situação continuou sendo acompanhada pela equipe do NAAPA e, no início de 2016, a equipe escolar narra a inexistência de dificuldades no processo de entrada e permanência na escola por parte do educando.

A escola como sala de aula

O terceiro relato trata de uma solicitação que chegou ao NAAPA no final de 2015, por meio da Supervisão Escolar, referente a uma Unidade Educacional que requeria a transferência de um/a educando/a. A supervisão já havia marcado um encontro com a família e solicitou a presença da equipe do NAAPA.

A equipe do NAAPA teve acesso a inúmeros documentos, tais como encaminhamentos realizados ao Conselho Tutelar. Segundo os relatos da Unidade Educacional, o/a educando/a apresentava dificuldades de comportamento, de interpretação e de raciocínio. Algumas tentativas por parte da Unidade Educacional já haviam sido feitas, como, por exemplo, a oferta de atividades diferenciadas, porém sem êxito. Também já havia ocorrido orientações à família, que não se reverteram em mudanças na situação.

A equipe do NAAPA propôs uma reunião, em conjunto com a Supervisão Escolar, com a equipe educacional, a fim de refletir sobre as possibilidades de intervenções a partir de uma análise coletiva da situação. Os/As profissionais do NAAPA também convidaram a equipe para

participar do Grupo de Trabalho realizado na DRE, sendo o convite aceito por uma profissional da Unidade Educacional.

No contato com a família, compartilha-se a informação sobre o acompanhamento da criança pela equipe do Nasf há pelo menos dois anos.

Tais ações foram importantes para pensar em algumas propostas de ação.

Em 2016, como o/a educando permaneceu na mesma Unidade, o trabalho em conjunto com a Unidade Educacional, a família e os demais equipamentos da rede de proteção social no território pode ser retomado. Da mesma maneira, o/a profissional da Unidade Educacional continuou participando das atividades do GT promovido pelo NAAPA.

A partir dessa convivência, foi possível criar coletivamente estratégias para incluir o/a educando/a nas atividades com o grupo. Pensamos, então, em como promover atividades com o grupo fora da sala, convidando o/a educando/a, que frequentemente estava fora do espaço da sala de aula, a participar.

Foi igualmente importante a proposição de um encontro entre a nova professora e a família, viabilizando um espaço de escuta e acolhimento, aproximação entre família e escola. Aproximação que gerou outros encontros entre professora e familiares, a fim de que conhecessem a proposta da Unidade Educacional e pudessem conversar sobre o/a educando/a e compartilhar produções e experiências vividas por ele.

Com a experiência do grupo em atividades fora da sala, como a produção de uma horta, a professora permitiu que a criança cada vez mais se aproximasse das atividades coletivas, participando, inclusive, de atividades dentro da sala de aula.

As narrativas apresentadas representam dois aspectos significativos para o trabalho da equipe NAAPA na DRE CL. O primeiro deles é a preocupação em relação às expectativas das equipes escolares sobre a atuação dos/as profissionais de uma equipe multiprofissional, em uma perspectiva de apoio e acompanhamento institucional. Os

esforços são para construir, nas itinerâncias e nos encontros formativos, um espaço de diálogo que potencialize reflexões e aprendizagens, que subsidie discussões e propostas coletivas frente aos desafios do processo educacional.

Outro aspecto fundamental é a mobilização da equipe na construção de um trabalho educativo junto às Unidades Educacionais e os demais equipamentos da rede de proteção social.

Assim, consideramos que a atuação da equipe do NAAPA, nas três situações, foi relevante para possibilitar o apoio e o acompanhamento, enfatizando o fortalecimento do trabalho coletivo em Educação.

3. Diretoria Regional de Educação Capela do Socorro

*Aline Aparecida Perce Eugenio
Fabiana Jurca Dadas
Juliana Borges Pinheiro
Renata Pavanelli
Silvana Carnáuba da Silva
Simone Alves dos Santos Guerra*

Linguagem e Educação Infantil: considerações sobre a mediação pedagógica

O NAAPA (Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem) foi constituído em 2015 com o intuito, dentre outros, de apoiar as escolas e educandos nos processos de escolarização, bem como possibilitar uma discussão crítica reflexiva a respeito dos processos de ensino-aprendizagem do Ensino Fundamental, porém, na região da Capela do Socorro, as solicitações em relação à Educação Infantil superaram as expectativas da equipe.

Esta demanda chamou a atenção da equipe do NAAPA, que começou a refletir a respeito das especificidades da Educação Infantil, em especial do público da EMEI, pois a cada cinco pedidos das escolas, três referiam-se à EMEI e em especial com queixas sobre o desenvolvimento da linguagem.

Na EMEI, as crianças permanecem seis horas na Unidade, na maioria das situações, duas horas com um educador e quatro horas com outro, em uma rotina dinâmica de exploração de tempos e

espaços, que visam ao desenvolvimento infantil por meio das interações e das brincadeiras.

As várias demandas que chegam ao NAAPA relatam questões referentes a dificuldades no processo ensino-aprendizagem e vulnerabilidade social, contudo, quando se trata da Educação Infantil, as queixas relacionadas à aquisição e fluência de linguagem povoam a construção dos relatos. Muitas vezes estes encaminhamentos, relatos pedagógicos, são feitos sem a devida reflexão acerca do processo de aquisição da linguagem e, que este processo comporta variações.

Considerando a linguagem como funcionamento simbólico, e não somente como produto do funcionamento orgânico, a linguagem passou a ser vista como fenômeno construído nas e pelas relações sociais, portanto passível de singularidades e diferenças em seus atos (já que cada encontro discursivo é único e particular).

A linguagem, a fala e a comunicação acontecem na relação, na construção de vínculos, o que há de se observar é que estes aspectos são pouco abordados e refletidos no coletivo das escolas, porém, se constituem como vivências essenciais na Educação Infantil.

A individualização do problema e a biologização da vida não ajudam a compreender a complexidade que envolve o sintoma. Além disso, em muitas situações, a queixa nem pode ser compreendida como sintoma, pois o processo de aquisição da linguagem oral é naturalmente permeado por pronúncias típicas da infância, trocas fonêmicas, hesitações, entre outros.

As variações do processo de construção e aquisição do uso da linguagem não devem, necessariamente, ser reconhecidas como doença ou como faltas a serem preenchidas, pois nem toda variação pode ser compreendida como algo que mereça uma intervenção terapêutica.

O NAAPA recebe inúmeros relatos pedagógicos em que a narrativa construída pelo educador sinaliza que os processos de aprendizagens ainda não consolidados pelo educando sejam com-

preendidos como patológicos. Faz-se necessário que o educador comprometido com a sua função social compreenda que a educação reflete as condições sociais, políticas e econômicas da realidade, neste sentido as dificuldades observadas no processo de escolarização devem ser refletidas a partir de um posicionamento crítico do sistema, bem como em discussões pensadas nas escolas.

Muitos dos acontecimentos pertencentes ao sofrimento cotidiano e à vida escolar estão sendo atravessados pela lógica medicalizante. Acontecimentos comuns da vida diária, como: tristeza, frustração, dificuldades de relacionamento e do processo de escolarização, são compreendidos como doenças e estão sendo medicados a partir da ideia de que na vida não há mais espaço para o desprazer.

Determinadas dificuldades podem e devem ser resolvidas na relação, no manejo e na mudança de estratégias de trabalho, que demandam profunda reflexão por parte dos profissionais, que necessitam resistir à lógica medicalizante, apoiados numa concepção de educação que reconhece a potência do sujeito e a importância da mediação pedagógica. Muitas vezes a suspeita de uma doença é uma maneira de *“apaziguar as aflições daqueles que têm por tarefa educar, mas não conseguem realizá-la nos dias atuais”* (GUARIDO, 2008, p. 13).

O discurso escolar pautado por um discurso patologizante engessa o estudante em uma posição de quem não tem possibilidades de mudança ou de quem não “mereça” uma aposta ou investimento do educador. Diante desta realidade, faz-se necessário uma maior reflexão por parte da equipe escolar, considerando o estudante em seu contexto, a fim de não culpabilizá-lo por situações que extrapolam as demandas educacionais.

Considerando os processos de patologização descritos, o NAAPA recebeu um pedido de avaliação solicitando a presença da fonoaudióloga da equipe para observação de um educando de 5 anos. O relatório descrevia uma criança apática, que não conseguia acompanhar a turma, não conversava com adultos ou crianças, não compreendia as orientações e regras, com possível suspeita de deficiência intelectual.

Na narrativa de V., elaborada pela professora da turma, estava escrito: “*não responde a nenhum comando, entrou na escola este ano, é boliviano*”. Considerando a necessidade de conhecer a criança e seu contexto educacional, a equipe solicitou a parceria do CEFAI e agendaram uma visita na Unidade Educacional. A intenção era que o relatório recebido pudesse ganhar um sentido, e ainda, que a narrativa da professora pudesse ser melhor compreendida.

Ao chegar à Unidade, enquanto uma parte da equipe conhecia o espaço e conversava com os gestores, a fonoaudióloga dirigiu-se à professora que solicitou o encontro e pediu para conversar com o educando. Ao iniciar a conversa, a profissional se apresentou, abaixou-se e perguntou o nome da criança, mesmo já sabendo desta informação, pois a proposta com este diálogo era o estabelecimento de vínculo; V. não respondeu, na sequência do diálogo foi perguntada a sua idade, V. novamente não respondeu. Após este episódio, foi pensado que considerando a nacionalidade da criança, a língua usada não o afetava, o que poderia nos ajudar a compreender a narrativa da professora que indicava ausência de resposta da criança em situações cotidianas. A terceira tentativa foi repetir as perguntas na língua materna da criança e prontamente V. respondeu: “ses” (sic).

A educação traz consigo historicamente uma cultura de medicalização, a lógica escolar, por sua vez, funciona como reprodutora destes efeitos. Na realidade, a nossa intervenção indica que provavelmente quem silenciava a criança era o adulto mediador, que não considerou a possibilidade de pensar e agir na interface entre o singular e o coletivo. [...] “um conjunto de sintomas deixa de lado a subjetividade e a história singular de cada um” (PERROTTA, 2016, p. 98).

A linguagem pode representar esta interface, um funcionamento simbólico de fortalecimento dos vínculos. Em muitas situações, no funcionamento de redes invisíveis, de investimento e aposta, V. ocupava o lugar do diferente na sala de aula, do que não obedecia, não respondia e não entendia...

Este lugar precisou ser ressignificado, pois a relação pedagógica pode ser mais assertiva na medida em que a construção de laços e

vínculos se constitui por meio da interação, da comunicação e da solidariedade. “A medicalização é um fenômeno através do qual a vida cotidiana é apropriada pela medicina e interfere na construção de conceitos, costumes e comportamentos sociais”. (BRITO, 2012, p.1)

Como desdobramento da proposta de itinerância, foi agendada uma nova data em que a equipe do NAAPA pudesse contribuir em horário coletivo de formação com reflexões a respeito do processo de constituição da linguagem, considerando que o caso singular de V. pudesse servir para reflexão, análise e compreensão coletiva, a partir dos pressupostos da não patologização da vida.

Neste encontro com a equipe de educadores e equipe gestora foi possível refletir de modo crítico sobre a linguagem, pensando a demanda a partir de diversos aportes teóricos que facilitaram a sua compreensão como objeto maleável, convidativo para a reflexão pessoal e coletiva. Faz-se necessário ressaltar a importância do movimento formativo na Unidade Educacional, uma formação significativa e em diálogo com o Projeto Político-Pedagógico. A equipe do NAAPA juntamente com DIPED Educação Infantil refletiram sobre a possibilidade de organizar um fórum sobre a infância, com temáticas específicas, em especial a linguagem requerida pelos relatórios que chegam ao Núcleo.

Tão importante quanto elencar uma articulação com intuito formativo, é refletir sobre uma política de formação que pode acontecer em vários espaços simultaneamente, porém, há que se reconhecer que cada Unidade Educacional é um lócus privilegiado de formação. Lugar de interação com os sujeitos das aprendizagens, de criação de vínculos com a comunidade, lugar onde cada trabalhador desenvolve sua profissão e se constitui coletivamente (SÃO PAULO, 2016).

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB. 2010.

BRITO, M.A. M. **Relações possíveis entre corpo urbano e corpo subjetivo:** a experiência de sujeitos em sofrimento psíquico moradores do distrito sanitário da Liberdade, Salvador/ BA. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Instituto de saúde coletiva. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

GUARIDO, R. L. **O que não tem remédio, remediado está:** medicalização da vida e algumas implicações da presença do saber médico na educação. 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PERROTTA, C.A importância do ambiente na constituição da linguagem. In: SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem. **Caderno de debates do NA-APA:** questões do cotidiano escolar. São Paulo: SME/COPED, 2016.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Agir com a escola:** revisar, ressignificar, avaliar, replanejar. São Paulo: SME/ DOT, 2016.

4. Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia

Jessica Santos de Mello
Juliana Scharff
Luciana Silva Pessoa
Milena Caliseo Pimentel Andrade
Patricia Aguiar Chun
Sueli Ramos Leite
Tania Regina Rodrigues Diniz

Implementação do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem - NAAPA na Região da Freguesia/Brasilândia

Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da Esperança*, nos convida à seguinte reflexão:

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.

Essa frase nunca foi tão verdadeira para quem aceitou o desafio de participar de uma nova proposta, apresentada pela Portaria 6.566/2014, que dispõe sobre a implementação do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem – NAAPA.

A Portaria estabelece como atribuições do NAAPA o apoio e acompanhamento das equipes docentes e gestoras no processo de

ensino-aprendizagem dos educandos e educandas que apresentam dificuldades no processo de escolarização, em concomitância com a articulação e o fortalecimento da Rede de Proteção Social no território.

Este artigo tem como objetivo relatar como foi realizada a apresentação do NAAPA para as Unidades Educacionais jurisdicionadas à Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia – DRE F/B.

O NAAPA vinculado à DRE Freguesia/Brasilândia integra a Divisão Pedagógica – DIPED. Dessa forma, trabalha em parceria direta com o Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFAl e as frentes de Formação.

O DIPED da DRE F/B, nesta gestão, colocou como princípio o lema “Nenhum a menos” e, por isso, ao pensar nas suas ações, priorizou o atendimento e a formação de todos os profissionais da educação, sem fazer distinção de funções, sem privilégios de determinadas escolas e desburocratizando o acesso a informações, rompendo, dessa maneira, com a formação somente para grupos específicos de professores ou gestores. Assim foi criado, em 2013, o Programa de Formação “*Nenhum a menos*”, que traz como base a afirmação do Prof. Dr. Mário Sérgio Cortella:

A qualidade na educação passa, necessariamente, pela quantidade. Em uma democracia plena, quantidade é sinal de qualidade social e, se não se tem a quantidade total atendida, não se pode falar em qualidade. Não se confunda qualidade com privilégio; em uma democracia plena, só há qualidade quando todos e todas estão incluídos; do contrário, é privilégio.

Por esse motivo, uma questão era certa no momento de pensar como seria o plano de atuação do NAAPA na referida região: o trabalho seria realizado na perspectiva de uma educação inclusiva, atendendo todas as escolas, seguindo o princípio da DIPED, “*Nenhum a Menos*”.

No início do ano de 2015 ocorreu a composição do grupo. Este foi formado pela coordenadora Fabiana Antonio Baptista, pelas psico-

pedagogas Luciana Silva Pessoa e Milena Caliseo Pimentel Andrade, pelas psicólogas Juliana Scharff e Tânia Regina Diniz, pela fonoaudióloga Patrícia Chun e pela assistente social Eva Reis. No ano 2016, houve troca de coordenadora e assistente social, assumindo a função, respectivamente, Sueli Ramos Leite e Jéssica Santos de Melo.

Quando começamos a implementação da política pública na Freguesia/Brasilândia, sentimentos como ansiedade, dúvidas e motivação vieram à tona, pois a ideia do NAAPA foi, desde o início, audaciosa, inovadora e necessária para a educação. Diante de algo tão novo, foi preciso, antes de qualquer coisa, que os Núcleos de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem das treze Diretorias Regionais de Educação passassem por um processo de formação para a construção de princípios norteadores do trabalho. Foi uma surpresa observarmos como algumas ideias estão naturalizadas na educação, como, a questão da patologização da vida para solucionar situações vivenciadas no ambiente escolar, que traz como consequência a culpabilização centrada em único sujeito, desconsiderando, com isso, aspectos coletivos. O NAAPA visa apoiar as escolas no rompimento desses modelos individualizantes. Para isso, considera refletir a situação a partir do conjunto ao qual todos e todas estão inseridos, ou seja, considerando os aspectos culturais, políticos, sociais e institucionais, contribuindo para a garantia de uma educação inclusiva para todos e todas.

É importante destacarmos que o conceito de educação inclusiva não se limita à questão das crianças e jovens com deficiências, mas sim, uma escola que respeite a diversidade humana, pensando inclusive nas singularidades que o educando e a educanda trazem. Então, é preciso incluir nessa reflexão aquelas crianças e jovens que, de alguma forma, sofrem violências diversas, que vivem em extrema vulnerabilidade social ou ainda, que realizam medidas socioeducativas. Essa perspectiva é garantida pelo Programa da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Mais Educação São Paulo, em parceria com o Ministério da Educação – MEC, que destaca a importância de garantir a Qualidade Social da Educação. Podemos encontrar no documento “Agir com a Escola: Revisitar, Ressignificar, Avaliar, Re-

planejar” (2016) a seguinte proposição para compreensão do termo Qualidade Social da Educação:

A Qualidade Social da Educação se revela no processo educativo cotidiano das UEs, na perspectiva de uma educação inclusiva efetivamente para todos e todas - bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos. Uma educação que busca garantir os direitos de aprendizagem ao decidirmos: a organização do espaço físico que se transforma em ambiente educativo, a gestão da prática pedagógica, os projetos, a participação coletiva em espaços de decisão, a elaboração e as ações do PPP da escola e as escolhas das formas de avaliações que permeiam todo o processo educativo e, ainda, a formação continuada e as condições de trabalho dos profissionais da UE. (SÃO PAULO, 2016)

Pensar nas ações que efetivarão o trabalho do NAAPA, é pensar no modo de potencializar o trabalho coletivo para obtermos a Qualidade Social da Educação.

Respeitando, então, os objetivos colocados pela Portaria do NAAPA, as concepções norteadoras da DIPED da DRE F/B e o Programa Mais Educação São Paulo, colocamos os seguintes objetivos para o trabalho do NAAPA nessa região:

- Contribuir para a construção da Qualidade Social da Educação, em parceria com todas as Unidades Escolares da região, em cumprimento ao proposto no Programa Mais Educação São Paulo e o Projeto Político-Pedagógico da DRE;
- Trabalhar na perspectiva de uma educação inclusiva, onde todos os educandos sintam-se pertencentes dentro do espaço escolar, seguindo o princípio de trabalho da DIPED, “Nenhum a Menos”;
- Construir em conjunto com as Unidades Escolares, ações que qualifiquem as práticas docentes, viabilizando reflexões

para educar na diversidade, em contraposição ao ensino tradicional excludente, que considera as diferenças como uma anormalidade e desenvolve um ensino homogeneizado;

- Mapear os equipamentos que integram a Rede de Proteção Social (UBS, CAPS, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, etc.) e articular com ela formas mais efetivas de encaminhamento e ações;
- Analisar os dados e criar critérios junto às Unidades Educacionais para identificar os alunos que fazem parte do público-alvo do NAAPA;
- Formular, em parceria com as Unidades Educacionais, ações que contribuam para a melhoria das práticas pedagógicas e consequentemente, as aprendizagens dos alunos;
- Formular parcerias intersetoriais (Supervisão, DICEU, etc.) para articular ações que promovam o desenvolvimento da aprendizagem;
- Desenvolver ações formativas com a equipe gestora e educadores voltadas às questões de aprendizagem e Redes de Proteção Social, por meio do Programa de Formação DIPED, “Nenhum a Menos”.

Depois de muita conversa interna, trocas de ideias, discordâncias e consensos, chegamos à conclusão que a melhor maneira de apresentar o NAAPA para as Unidades Educacionais da DRE F/B era iniciarmos a conversa com todos os profissionais dentro de suas escolas, afinal é esse o nosso espaço de atuação. Decidimos aproveitar o momento da Jornada Especial Integrada de Formação – JEIF para falar sobre as perspectivas de atuação, permitindo a escuta das Unidades Educacionais e possibilitando a democratização da construção do Plano de Ação do NAAPA.

A proposta de que estaríamos presentes nas JEIFs para apresentarmos o NAAPA foi colocada na reunião de Coordenadores Pedagógicos, conduzida pelo Diretor da Divisão Pedagógica – DIPED. Além

da apresentação dos membros da equipe, destinou-se um espaço para a coordenadora do NAAPA explicar o motivo do surgimento do Projeto, seus objetivos e a perspectiva de atuação nas escolas da região. A mesma ação se repetiu para os Diretores de Escola. Após a conversa, os presentes concordaram na viabilidade do recebimento da equipe no horário coletivo.

Diariamente nos dividíamos em dois grupos e íamos para as escolas, onde utilizávamos seus recursos eletrônicos (datashow) para ilustrar a nossa apresentação, que consistia em dizer: o porquê do surgimento do NAAPA, a Portaria que regulamenta o trabalho, objetivos, ações já realizadas e a proposta de trabalho com as Unidades Educacionais para o ano vigente. Além disso, entrávamos no mérito da questão da patologização, onde explicávamos que apesar de estar disseminada a ideia de transtornos na sociedade, termo que traz tantos questionamentos e divergências dentro da própria área da saúde, é na perspectiva de enfrentamento das dificuldades de aprendizagem que o trabalho deve ocorrer. Pensar na concepção de dificuldade de aprendizagem é buscar soluções para superação das questões apresentadas, em uma abordagem que aceita a possibilidade de aprendizagem de todas as pessoas, sendo o papel da educação refletir maneiras e mediações que viabilize o seu acontecimento, independentemente da sua faixa etária, classe social, raça, gênero e etc.

Foram trinta e oito reuniões, onde tivemos a oportunidade de conhecer diferentes experiências de fazer educação. Observamos possibilidades incríveis de pensar a escola, muitas vezes não reconhecida nem mesmo pela própria comunidade escolar. Deparamo-nos com aulas de produção de animações, teatro, dança, karatê, fanfarras, murais pintados pelos próprios alunos, sinais que informam a mudança de aula que tocam músicas clássicas, parques que consideram e respeitam a infância... enfim, um universo de possibilidades!

Mas engana-se quem pensa que as reuniões foram fáceis. Encontramos em algumas escolas o desejo de resolverem as questões paustadas individualmente, procurando no sujeito a culpa pela dificuldade encontrada ou ainda encaixando-o em um modelo padronizado de

estudante, onde o único objetivo seria a preparação para uma vida competitiva, formando pessoas apenas para o mercado de trabalho ou para os vestibulares. Não era de se estranhar que essas instituições escolares ficassem desapontadas com a nossa apresentação na JEIF, pois esperavam que o NAAPA fornecesse um atendimento clínico, onde os alunos encaminhados receberiam acompanhamentos individualizados de fonoaudiólogos, psicólogos e/ou psicopedagogos, ou ainda, que a equipe tivesse autonomia de priorizar o atendimento desses educandos e educandas nas Redes de Proteção Social. A frase “deveria ter um NAAPA dentro de cada Unidade Educacional”, foi uma constante nas nossas visitas, mas coube a nós problematizar e pensar junto com os educadores o que estava por trás desta frase.

Após cumprirmos o cronograma de escuta, levantamos as seguintes reflexões para a atuação da equipe na região da Freguesia/Brasilândia:

- É preciso muita determinação, estudo e profissionalismo para propor mudanças;
- É preciso ter uma escuta atenta, para transformar as colocações apresentadas em dados que serão subsídios para pensar nas perguntas certas a serem realizadas no desenvolvimento do trabalho, na perspectiva de observar aspectos que ainda não foram refletidos;
- O trabalho coletivo possibilita o encontro de diferentes conhecimentos que podem somar ao que já possuímos. Permite um reposicionamento da nossa atuação profissional e pessoal. Foi através do apoio e diálogo interno que encontramos meios de prosseguir nessa caminhada, que acreditamos ser positiva para uma educação de qualidade.

Na contrapartida das falas anteriores, muitas escolas avaliaram bem a proposta, alegando que, às vezes, estão imersas de tal maneira em uma situação, que não conseguem mais enxergar formas de resolvê-la, e nesse sentindo, se faz necessário um olhar externo, um apoio

para o enfrentamento. Além disso, entenderam que avaliar a própria prática exige maturidade, compromisso e principalmente, coragem.

Adriana Marcondes Machado, psicóloga escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP, em seu artigo “A Produção de Desigualdade nas Práticas de Orientação” (2008), coloca que encontramos com facilidade na nossa rotina escolar a pobreza, o tráfico, o sofrimento, a violência, o abuso, a solidão, a miséria, a doença, as más condições de trabalho, o excesso de aulas, a banalização e a naturalização dos acontecimentos cotidianos. Se não temos tempo para criarmos formas de enfrentamento, refletirmos coletivamente nas possibilidades para solucionar os desafios encontrados, acaba por produzir a sensação de impotência e adoecimento das pessoas envolvidas. É preciso ter clareza que as questões sobre os desafios encontrados no interior das Unidades Educacionais sempre existirão, faz parte do processo educativo. O que se faz necessário buscar, então, são os caminhos de como essas questões podem ser trabalhadas, de que forma é possível realizar-se o coletivo, pois está na escola a potência para encontrar possibilidades.

A proposta colocada no artigo vai ao encontro do trabalho desejado do NAAPA, que visa provocar a oportunidade de reflexão sobre o cotidiano escolar, acompanhando e apoiando as Unidades Educacionais na busca da melhoria das suas práticas pedagógicas diante das dificuldades encontradas. Pode parecer utópico para alguns, mas é o que motiva a nossa atuação: acreditar na Educação transformadora, que possibilita a humanização da sociedade.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pensador**. Disponível em <http://pensador.uol.com.br/frase/MTMxMzkyNQ/>. Acesso em: 07 jun. 2016.

MACHADO, Adriana Marcondes. **A produção de desigualdade nas práticas de orientação**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/academia/textos/usp_edh_desigualdade_praticas_orientacao.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

SÃO PAULO (SP). **Portaria nº 6.566, de 24 de novembro de 2014**. Dispõe sobre a implantação e implementação do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem – NAAPA. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 25 nov. 2014. p.12.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Agir com a escola**: visitar, ressignificar, avaliar, replanejar. São Paulo: SME / DOT, 2016.

5. Diretoria Regional de Educação Guaianases

*Danilo Fernandes Costa Feitosa
Edina Ferreira de Oliveira
Elaine Saubo do Nascimento
Elza Viana dos Santos
Nádia Célia Fagundes de Souza Rezende
Paloma Lima de Oliveira
Ticiane Silva Raymundo*

Intervenção Institucional: um caminho para reconstrução de paradigmas nas escolas

O presente relato de experiência apresentará o Seminário de Discussão realizado pela equipe do NAAPA de Guaianases como um instrumento de potencialização, fortalecimento e autonomia dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de escolarização, para a garantia de uma educação para todos.

Esse evento configurou-se como um espaço de discussão que permitiu reunir aproximadamente 300 profissionais de várias instituições da rede de proteção social do território. A equipe do NAAPA considera o evento uma ferramenta de intervenção institucional que representa uma potencialidade de mudança de paradigmas na educação formal e não formal, dentro e fora da escola, unindo forças para alcançar uma educação com qualidade social.

Ao longo do processo de desenvolvimento histórico, as reflexões realizadas sobre a aprendizagem e a escolarização passaram por cons-

tantes continuidades e descontinuidades, havendo, em determinados períodos, a responsabilização de diferentes sujeitos do processo de escolarização (ora estudantes, ora professores ou familiares). Podemos considerar que essas concepções que se restringem ao indivíduo não foram capazes de auxiliar a escola a alcançar uma solução que a transformasse num espaço onde todos os estudantes sintam-se acolhidos e tenham acesso ao direito de aprender.

Dessa forma, um dos desafios que se apresentou na implantação do NAAPA foi propor intervenções que, a partir da queixa escolar, poderiam afastar-se da culpabilização dos indivíduos, indo na direção da construção de reflexões sobre a prática pedagógica e as possibilidades de enfrentamento de situações complexas vivenciadas no cotidiano escolar. Isso acontece porque algumas dimensões da vida social não costumavam ser consideradas no espaço escolar.

Nessa perspectiva, o NAAPA trabalha com o objetivo de propor reflexões a partir de um olhar institucional que possa ajudar as escolas no enfrentamento dessas situações, convidando-as a pensar sobre a complexidade da escola inserida na sociedade moderna e, conseqüentemente, a olhar para a instituição escolar e sua dimensão pedagógica, histórica e social.

Uma questão importante ao se considerar esse olhar é a discussão sobre as concepções de infância, adolescência e juventude, bem como as representações da escola sobre os estudantes, distanciando-se de uma visão idealizada de aluno.

A partir do processo de democratização e universalização da Educação, concretizada na Constituição Federal de 1988 e detalhada na LDB de 1996, se faz necessário pensar a inclusão de todos os estudantes, com qualidade social, para que nenhum aluno seja privado do direito de aprender.

Propor reflexões institucionais é um grande desafio!

Repensar a prática pedagógica e os processos de acolhimento do estudante no interior das nossas escolas requer algumas mudanças de paradigmas, discussões que mobilizem ideias há muito enraizadas na

nossa sociedade por exemplo, a medicalização na educação, situações de preconceito, representações sobre a vulnerabilidade, entre outras.

Nesse contexto, a equipe multidisciplinar do NAAPA de Guaianases iniciou o processo de discussão e planejamento de ações que pudessem alcançar um número significativo de profissionais das escolas, com espaços para trocas de experiências e que possibilitassem a reflexão sobre a dimensão pedagógica e institucional das escolas e do público atendido, discussões pouco comuns no contexto histórico de intervenções no processo de escolarização. Dentre estas ações, destacamos a realização de seminários de discussão, pois consideramos que se trata de uma oportunidade para se pensar, conjuntamente, diferentes dimensões que envolvem o processo de escolarização.

Relato da experiência

A construção dos seminários apresentou-se como uma opção de intervenção institucional, a partir das propostas reflexivas em que o foco fosse deslocado do indivíduo para questões mais amplas. Dessa forma, foi oferecido um caminho em que as ações pedagógicas fossem (re)pensadas a partir de influências sociais que ultrapassassem os muros da escola, sobretudo ao se considerar a escola como uma instituição sócio-historicamente constituída .

Foram realizados dois Seminários do NAAPA no território de Guaianases, contando, em cada evento, com a participação de aproximadamente 300 profissionais da Educação e da Rede de Proteção.

O 1º Seminário - Lançamento do NAAPA: Desafios e Perspectiva, realizado no dia 14 de abril de 2015, teve por objetivo apresentar o projeto de trabalho do NAAPA. Esse evento contou com a participação de representantes dos diferentes serviços da Rede de Proteção Social e da Educação e teve como objetivo promover a aproximação entre eles, possibilitando, assim, ações em conjunto. Nele, iniciou-se a discussão sobre a importância das parcerias entre as Unidades Educacionais e os diferentes serviços que compõem a Rede de Proteção. O

2º Seminário, intitulado “II Seminário do NAAPA: Desafios do processo de escolarização”, ocorreu no dia 19 de abril de 2016 e teve como objetivos: refletir sobre os processos de escolarização e a garantia de direitos na Rede Municipal de Ensino; promover um debate sobre o desafio de uma escola para todos, aprofundando, desta forma, as discussões iniciadas no ano anterior; e consolidar as ações do NAAPA no território.

Este seminário foi pensado como um potencializador dos debates acerca de importantes questões para o cotidiano escolar e contou com a participação de um número maior de professores e de outros profissionais envolvidos no processo educacional, no caso, de profissionais dos diferentes serviços que compõem a Rede de Proteção Social.

O evento foi acolhido pelos participantes, os quais enxergaram nesse debate um espaço de diálogo que possibilitou e buscou o fortalecimento e a articulação da Rede de Proteção Social. Considerando que se sentir parte integrante e atuante dessa rede de proteção é um dos objetivos da implantação do NAAPA nas regiões da cidade, a realização desse seminário de discussão ajudou a consolidar o serviço, sobretudo porque se tratou de um momento em que as pessoas que compõem a rede se encontraram, conversaram e construíram propostas de intervenção em conjunto. Contou com minigrupos de debates que trataram questões que apresentam forte impacto no ambiente escolar: violência doméstica, imigração no território, medida socioeducativa, dificuldades na aprendizagem e medicalização na educação. Esses temas foram propostos considerando-se as demandas acolhidas a partir da escuta das Unidades Educacionais, nos atendimentos, nas itinerâncias e nos cursos realizados ao longo do ano de 2015.

As discussões foram direcionadas pela equipe do NAAPA/DIPED e por parceiros dos serviços da Rede de Proteção. Cada serviço pode relatar as experiências de trabalho, as dificuldades vivenciadas no cotidiano extraescolar e, em especial, as demandas de parceria que existiam para o sucesso do atendimento dos estudantes, possibilitando o fortalecimento das ações pedagógicas dentro e fora da escola.

A partir das discussões realizadas no seminário, foi possível pensar sobre a necessidade de criarmos intervenções intersetoriais contando com o diálogo e o comprometimento do conjunto escola-sociedade, em busca de um melhor atendimento para os alunos, especialmente em relação às situações complexas que têm surgido nas Unidades Educacionais. Assim, trabalhar com a diversidade e as experiências que cada ser humano apresenta, envolve novas aprendizagens para todos os serviços. Falamos, então, de uma educação que acontece em diferentes espaços sociais, incluindo a escola. É importante discutir essa diversidade para que a diferença não seja encarada como problema, mas compreendida em toda a sua riqueza e potencialidade educativa.

Após a abertura oficial do evento, que contou com a apresentação cultural do coral dos estudantes da EMEF Conjunto Habitacional Barro Branco II C, os participantes dirigiram-se para as salas de debate de suas escolhas, realizadas no ato de inscrição.

Nas salas de debate, tiveram acesso às temáticas e às diferentes dinâmicas de seus organizadores, ou seja, uns realizaram estudo de caso, outros fizeram relatos de experiência das Unidades; também apresentaram os temas e assuntos, aprofundando informações sobre o contexto histórico do serviço. A fim de garantir a socialização e as discussões, sistematicamente, foram escolhidos redatores nas salas, os quais seguiram um roteiro de questões para serem apresentadas em plenária. As questões contempladas no roteiro foram: 1) Itens abordados na discussão; 2) O que a discussão acrescentou na prática profissional dos participantes?; 3) Desafios para a escola a partir da temática discutida. As salas de debates foram pensadas e estruturadas de forma a promover o diálogo e os diferentes olhares sobre os enfrentamentos das situações cotidianas, fortalecendo as reflexões.

- **Medicalização na Educação:** Esse tema foi apresentado pela equipe multiprofissional do NAAPA, discutindo o quanto as justificativas médicas nos impedem de observar

outras questões que afetam a aprendizagem, por exemplo, as dimensões de vulnerabilidade social, histórica e pedagógica.

- **Medida Socioeducativa:** As equipes que atuam na Medida Socioeducativa, na Cidade Tiradentes, representadas pelas ONGs “Abraçando o Futuro” e “Começar de Novo”, direcionaram a discussão sobre quem são esses alunos e os processos de exclusão que são vivenciados ao longo da vida desses adolescentes. Abordou-se, também, o quanto a educação é fundamental no processo de desenvolvimento e autoestima desses jovens.
- **Violência Doméstica:** Esse tema foi discutido pela equipe da “Rede Criança de Combate à Violência Doméstica e o Serviço de Proteção Social à Criança e Adolescente Vítima de Violência (SPVV)”, do Lajeado. A discussão tratou sobre os indicadores de violência doméstica e orientações sobre o encaminhamento das queixas observadas. O grupo discutiu ainda acerca da importância de se desenvolver ações conjuntas diante dessa grave situação.
- **A produção do fracasso escolar:** A discussão foi apresentada pela assessora da equipe do NAAPA. Foi relatado o percurso histórico das representações sobre as dificuldades na aprendizagem com o objetivo de problematizar o cotidiano escolar e refletir o quanto essas representações influenciam a visão dos problemas educacionais.
- **Imigração no Território:** A partir do alto índice de imigrantes no território de Guaianases, foi proposta a discussão sobre as experiências de acolhimento desses novos moradores na Cidade de São Paulo. A discussão foi organizada pelo Núcleo Étnico-Racial, da DIPED, e contou com a apresentação das equipes gestora e docente, com práticas bem sucedidas, da EMEI Edna Alves de Souza.
- **Aprendizagem para além das dificuldades:** A proposta dessa discussão foi abordar as potências da aprendiza-

gem na vida escolar. A discussão foi dirigida pela equipe de alfabetização, da DIPED, e versou sobre a importância de compreender e respeitar os diferentes tempos de aprendizagem de cada estudante.

Na segunda parte do evento, contamos com a realização da palestra da Prof.^a Dr.^a Adriana Marcondes, docente na Universidade de São Paulo, que problematizou a potência das ações pedagógicas a partir das apresentações das sínteses das discussões realizadas nas salas de debate, no período da manhã. A palestrante corroborou o quanto tais temáticas circulam tanto na escola, quanto em outros espaços sociais, consolidando as reflexões sobre as Unidades Educacionais como reflexo da sociedade, compondo, desta forma, todas as suas tramas e desafios. Enfatizou, ainda, o quanto estas reflexões fortalecem e instrumentalizam estes espaços como potência e revelam seu impacto na vida dos estudantes.

Considerações finais

O evento, que contou com a participação de aproximadamente 300 profissionais para discutir a educação numa perspectiva institucional, a qual visa compreender a complexidade da vida cotidiana, das relações sociais, econômicas, políticas e educacionais, teve como foco potencializar e fortalecer as ações que envolvem e extrapolam o processo de ensino-aprendizagem em nossas Unidades Educacionais. Avaliamos que o evento representou uma conquista no trabalho realizado pelo NAAPA, pois observamos que as discussões foram bem recebidas pelos participantes e que o desejo de somar conhecimentos e articular ações conjuntas foi assunto nos diferentes momentos de discussão. Essa ação representa a expressão e o enfrentamento da articulação da rede de proteção social e demonstra o quanto a intersectorialidade é desejada e acolhida pelos diferentes segmentos da sociedade a respeito do processo educacional. Consideramos ser esse um ponto inicial de ampliação e fortalecimento de parcerias, onde

os diferentes sujeitos possam atuar em conjunto, trocando conhecimentos, construindo novas possibilidades de atuação e reafirmando a importância de se trazer para o debate os princípios da democratização da gestão, pautados por reflexões sobre o acesso e a garantia da permanência dos estudantes com qualidade social na educação. Fundamentando, assim, a criação, a implantação e a implementação de novas políticas públicas e trabalhando para não termos jamais nenhum direito a menos.

6. Diretoria Regional de Educação Ipiranga

*Erika Renata de Freitas
Fernanda Bagnola Amaral Macedo
Ilka Otília Caldeira
Jussara Trindade Coutinho Faria
Ligia Priscila Pitta Peres
Priscila de Souza Martins Galvão*

Registro de apoio e acompanhamento NAAPA e CIEJA

O Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (NAAPA), serviço criado a partir do Decreto nº55.309, de 17/07/2014, e regulamentado por SME, com a Portaria nº6.566 de 24/11/2014, foi implementado nas 13 DREs (Diretorias Regionais de Educação de São Paulo) em 2015, quando foram constituídas as equipes de trabalho.

A criação do Núcleo foi impulsionada para o atendimento de estudantes que, devido a impasses no processo de escolarização, necessitam de apoio da equipe escolar para promover sua aprendizagem. Percebe-se que é um desafio para a Unidade Educacional desenvolver ações junto aos estudantes, que, por questões relacionadas à vulnerabilidade e ao risco social, saúde, situações familiares ou sofrimento psíquico implicam significativamente em problemas com o seu desempenho escolar. Neste sentido, o Núcleo se apresenta como um apoio à equipe escolar para acolhimento, escuta sensível e qualificada para a construção coletiva de estratégias e novas possibilidades perante essas situações desafiadoras, em prol

do Sistema de Garantia de Direitos aos bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos da Rede Municipal de Ensino por meio de um trabalho em rede.

Segundo a Professora Dra. Maria Clara di Pierro (2016, p. 55), “a Escola Pública é lugar de guarda, cuidado, desenvolvimento e formação das novas gerações”. Nessa perspectiva, a gestão democrática da escola e da educação pública é fundamental e isso requer, sobretudo, engajamento da equipe escolar, participação das famílias e da comunidade.

A formação para a cidadania implica conhecer e interagir ativamente no meio sociocultural de maneira democrática de acordo com o contexto na qual a Unidade Educacional está inserida. Sendo assim, os recursos e equipamentos educacionais devem estar a serviço do estudante, e, para que isso se efetive, é imprescindível que o relacionamento entre equipe gestora, professores, funcionários e estudantes seja de acolhimento, escuta, solidariedade e respeito mútuo. Não é possível conceber gestão democrática ou uma educação que se preocupa com a formação de cidadãos em um ambiente educacional hostil.

A escola é um local privilegiado para a construção da cidadania, em que todos (as) possam conviver respeitando-se, garantindo os Direitos Humanos e educando a todos que fazem parte desta comunidade no sentido de evitar toda forma de manifestações da violência. Sabemos que o quadro social atual revela que as marcas da violência visíveis no corpo, deixam, além destas, um rastro de marcas que são invisíveis para alguns, mas possivelmente visíveis para aqueles que se preocupam em reconhecê-las em suas mais diferentes formas de expressão. Combater os ciclos de violência que muitas vezes começam dentro de casa ou em locais que deveriam abrigar, proteger e socializar as pessoas é uma tarefa que poderá ser cumprida pela mobilização de uma rede de proteção integral em que a escola possui um papel fundamental.

Sob esta ótica, relataremos, a seguir, um breve acompanhamento feito pelo NAAPA deste território, a partir do olhar sensível da equipe docente e gestora em relação a uma adolescente

que estava vivenciando situações que caracterizavam abandono e violência da família, há anos.

[...] a violência contra crianças e adolescentes é todo ato ou omissão cometido pelos pais, parentes, outras pessoas e instituições capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima. Implica, de um lado, uma transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento. (MINAYO 2001, P. 26)

I- Início das ações

O início das ações do Núcleo se deu em virtude da busca de informações e apoio por parte do Supervisor Escolar.

O Supervisor esteve junto ao NAAPA após visita da Supervisão Escolar na Unidade Educacional, a segunda do ano, ainda no mês de fevereiro, tendo em vista o relato da Coordenadora Geral acerca da situação observada em relação à estudante em questão.

No mesmo dia, iniciou-se o contato com a Unidade Educacional, tendo como profissional de referência a Coordenadora Geral da Unidade.

A Coordenadora nos explicou que se tratava de uma adolescente de 15 anos de idade que há dez dias estava frequentando a Unidade Educacional e vinha apresentando algumas necessidades bastante específicas que traziam, inclusive, grande preocupação em relação aos seus cuidados básicos e sua integridade física e psicológica. Relatou-nos que, desde a busca pela Unidade com o desejo de frequentar a escola, B se apresentou sozinha, sem um responsável legal para a assinatura da matrícula, solicitação que foi feita pela escola por se tratar de uma adolescente (menor de 18 anos de idade). Ela explicou que não tinha ninguém. Uma profissional da instituição escolar se ofereceu para escutá-la neste

acolhimento e a futura estudante relatou um histórico familiar preocupante. Contou que sua genitora havia falecido, o genitor era residente em outro estado, na região Nordeste, que não tinha contato com ele há anos e tinha um padrasto com quem não desejava morar. Havia fugido de sua casa, relatando que, nesta, morava com mais dois irmãos: uma irmã, de 17 anos, que vivia maritalmente desde os 12 anos com um jovem de um bairro próximo, e um irmão mais novo, com 12 anos de idade. Nos últimos meses, desentendeu-se com o cunhado deixando de compartilhar o mesmo espaço que o casal e fora em busca de ajuda na casa de uma tia, na região do Ipiranga. A adolescente relatou que a tia não a aceitava e não a queria morando lá, por haver três homens em casa (marido e dois filhos adultos).

Após matrícula e frequência de B, a Coordenadora percebeu que a estudante chegava pela manhã à escola, apesar de sua aula começar apenas às 15h. Ao informar-se sobre seus motivos obteve mais informações sobre a situação da garota. Envolveu-se com o caso e aproximou da situação outras parcerias: Equipe Gestora da UE, Supervisão Escolar, NAAPA, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Conselho Tutelar e o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA.

A Coordenadora acompanhou a adolescente até a residência da tia após saber que ela não podia ficar no interior da casa quando esta saía pela manhã, e que, à noite, ficava num cômodo externo da casa sem acesso a um banheiro para efetuar seus cuidados básicos de higiene pessoal. Ainda, o marido da mesma havia dado um prazo para que ela buscasse um local pra morar, pois não a aceitaria mais utilizando esse espaço.

Nesta ocasião, a Coordenadora da UE confirmou todas estas informações com a tia que afirmou, ainda, não ter condição de cuidar de B e que a adolescente já havia “feito coisas erradas” com ela.

Cotidianamente, nessa semana, a estudante passou a chegar na Unidade Educacional pela manhã, e lá ficava até o final da tarde, fazendo suas atividades na escola.

Procuramos nos informar sobre o seu desempenho escolar e a Coordenadora nos contou que B era alfabetizada e que era bastante receptiva às atividades oferecidas. Durante o período em que se mantinha na UE, se envolvia com atividades pedagógicas e jogos educativos, além de poder se expressar sobre sua condição familiar/situação social, informalmente.

A Coordenadora Pedagógica, tendo constatado tal condição vivenciada pela adolescente, procurou o Conselho Tutelar de referência da UE que informou não ser de sua jurisdição. Buscou o Conselho Tutelar referência do endereço residencial da estudante que também disse não ser caso para a sua ação e foi indicado, inclusive, que a estudante fizesse um Boletim de Ocorrência. Diante dessa situação, o Supervisor Escolar foi acionado e, por conseguinte, o NAAPA.

Tendo em vista a situação relatada pela equipe até o momento, a Coordenadora do Núcleo iniciou busca ativa em relação ao histórico escolar da referida estudante por meio do Sistema EOL. Foi constatado que a adolescente havia ingressado na Rede Municipal de Ensino de São Paulo no ano de 2003, com 2 anos de idade, num CEI Direto, permanecendo até 2005. Em 2006, seguiu para uma EMEI pertencente à DRE Ipiranga, saindo ao final de 2007 quando ingressou no Ensino Fundamental, pela Rede Estadual.

A Coordenadora do NAAPA explicou que a Rede Protetiva a ser contatada referia-se ao endereço atual da adolescente, no caso, a residência desta tia, que poderia estar atrelada ao acompanhamento referente a três territórios distintos tendo em vista que se tratava de um bairro no entorno da escola.

Neste sentido, iniciamos um diálogo com a estudante a fim de saber mais sobre o endereço da tia que seria referência para a busca de “parceiros no território” da Rede de Proteção Social. B descreveu o endereço da residência onde estava provisoriamente em situação de profunda precariedade. A partir de então, entramos em contato com o CRAS território 3, que orientou e a redirecionou para o CRAS território 1, que aceitou que buscássemos pelo serviço do território da Vila Mariana. O CRAS território 2 pediu que o contato fosse feito

com o CRAS território 3 novamente por se tratar do seu território e o CRAS orientou a Coordenadora a entrar em contato com o CREAS, tendo em vista a gravidade da situação. A Assistente Social responsável naquele período ficou de repassar a situação para a responsável do CREAS e do NAAPA e deixou os contatos telefônicos do Núcleo e da Unidade Educacional para retorno o mais breve possível.

No dia seguinte, a partir de uma retomada das ações, relatando todas as ocorrências junto aos CRAS/CREAS e UE, a Assistente Social do CREAS pôde compreender melhor a situação e disse-nos da disponibilidade em buscar um SAICA se fosse o caso de acolhê-la provisoriamente, tendo em vista a ameaça de ficar em situação de rua. Pediu também que buscássemos parceria com o Conselho Tutelar e oficializássemos a situação, relatando-a neste equipamento.

Iniciou-se a interlocução com o Conselho Tutelar território 3, que nos orientou a levar um ofício ou aguardar até a próxima segunda-feira para marcarmos um horário, já que os Conselheiros estavam todos em atendimento.

Desta forma, iniciamos o trabalho itinerante em busca da Rede Protetiva, haja vista a necessidade urgente de ações efetivas na garantia de direitos da adolescente, que estavam sendo violados.

Relatamos a situação ao Supervisor da Unidade sobre os desafios encontrados nessa ação até o momento, e dissemos que, a partir daí, faríamos itinerância para favorecer ações mais efetivas à B in loco.

O reconhecimento dos direitos humanos, materializado em importantes documentos internacionais, como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da criança, e os avanços conquistados na área da saúde mental exigem novas formas de proceder visando assegurar à criança o desenvolvimento em condições de dignidade, como reza o artigo 3º da Lei nº 8.069/90, passando a ser responsabilidade de todos evitarem qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Falando sério sobre a escuta de crianças e adoles-

centes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção Propostas do Conselho Federal de Psicologia -Brasília – DF, 2009 , p.82)

2- Objetivos do encontro

- Acolher a solicitação do Supervisor Escolar que pediu diretamente o apoio do NAAPA em 22/02, frente à demanda desta Unidade Educacional após visita técnica;
- Conhecer e nos aprofundar sobre a questão de vulnerabilidade que envolvia a estudante, buscando minimizar suas consequências e riscos;
- Orientar a Unidade Educacional quanto a possibilidade de qualificar o atendimento a estudante, considerando as parcerias e rede protetiva do território;
- Atuar na interlocução com a Rede, tendo em vista a situação emergencial e a necessidade de fortalecer o diálogo entre os equipamentos para a efetivação das ações necessárias, considerando a situação de alta vulnerabilidade da adolescente em referência.

3- Encontro na Unidade Educacional

Na Unidade Educacional fomos recebidas pela Coordenadora Geral, responsável pela UE, que, como exposto acima, vem estabelecendo vínculos por meio dos diálogos diários com a estudante.

Nos apresentamos para a estudante contando a razão de estarmos ali (Equipe NAAPA) e a convidamos para uma conversa, perguntando se se sentiria à vontade para contar um pouco sobre sua história para que pudéssemos ajudá-la.

B. rapidamente disse que queria ajuda, precisava de um lugar pra morar, de um trabalho e queria ir à escola.

A estudante conta que, após o falecimento de sua mãe em 2007, passou a morar somente com o padrasto e o irmão mais novo, fruto do relacionamento da sua mãe com o seu pai. O pai biológico não mantinha nenhum contato desde que foi embora de São Paulo, após a separação com a genitora e, a partir de então, B nunca mais teve contato com ele.

Disse-nos que, neste período, após o falecimento da mãe, viveu maus tratos e foi obrigada a situação de mendicância junto com seu irmão mais novo sendo “tutelada” pelo padrasto. Quando se questionou o motivo pelo qual o padrasto ficara com sua guarda, ela respondeu que um Conselheiro Tutelar da região de Sapo-pemba autorizou mediante um documento, logo após ter vivido o luto de sua mãe.

Não se adaptando à convivência com este padrasto, devido aos maus tratos (relatou chorando algumas situações a que foi exposta neste período), B fugiu e foi morar com sua irmã de 17 anos e com o cunhado na região do Heliópolis. Essa permanência também foi permeada por conflitos familiares e negligências aos direitos básicos, como alimentação. Eles cobravam que ela arrumasse um emprego para ajudar nas despesas da casa, o que acarretou também em uma discussão com o cunhado que levou à sua fuga.

Após 2 (dois) anos vivendo com a irmã e seu companheiro, ela decidiu morar com uma tia. B relata que a tia a acolheu mesmo sem autorização do seu companheiro, promovendo alimentação básica, roupas quando necessário, mas não autorizava a sua permanência no interior da residência, dormindo em espaço fora de casa, com uma cama perto da caixa d’água no quintal. A estudante não podia realizar sua higiene pessoal todos os dias, usar o banheiro durante a noite ou ajudar nas tarefas de casa.

Sua pele possuía muitas manchas e ao questioná-la sobre os cuidados com a saúde, ela contou que vai à UBS, disse se tratar de mico-se e foi encaminhada a um Dermatologista. Enfatizou que, pela manhã, era obrigada a sair de casa e só poderia retornar à noite, pois sua tia alegava que não poderia deixá-la sozinha com o companheiro.

Foram explicados à estudante seus direitos e nos comprometemos em ajudá-la. Após contar sobre a Rede Protetiva e ela reafirmar que queria muito “mudar de vida”, seguimos com a Gestora da Unidade e a estudante para o Conselho Tutelar do território.

Em conversa com a Conselheira. Optou-se por convocar a tia. Após a escuta, mediação e orientação ocorrida entre todos os presentes, e considerando principalmente as revelações e constatações, perguntamos à B sobre a possibilidade de ser encaminhada a um SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social) tendo em vista a característica deste serviço e suas implicações, bem como da Rede de Proteção que estaria em prol do sistema de garantia de direitos qualificando seu cotidiano, considerando a situação de violência moral relatada pela adolescente e reiterada pela tia.

Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e da maturidade da criança. Com tal propósito, se proporcionará à criança, em particular, a oportunidade de ser ouvida em todo processo judicial ou administrativo que afete a mesma, quer diretamente quer por intermédio de um representante ou órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais da legislação nacional. (ARANTES, 2009, P. 82)

A pedido da adolescente, e com consentimento da tia, B. foi encaminhada para o SAICA.

Explicamos a ela que o CREAS iria ajudá-la na emissão de CPF, pedido inicial da adolescente que desejava conseguir um emprego. Entretanto, reiteramos juntamente com a Conselheira, a importância de que continuasse a dedicar-se aos estudos e que permaneceríamos em contato acompanhando este processo junto à Unidade Educacional e a Rede Protetiva.

A busca da UE pela estudante denota a importância deste equipamento do território como uma porta de acesso aos direitos básicos, que estão contemplados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. As ações desenvolvidas pelo NAAPA nos encaminhamentos desse caso destacaram a importância da articulação com a Rede Protetiva para garantia de direitos desta estudante.

4- Encaminhamentos

Unidade Educacional

- Acompanhar as reuniões de formação continuada do NAAPA;
- Estreitar as relações com os profissionais envolvidos no acompanhamento da adolescente em referência, propondo parceria e ações complementares;

NAAPA

- Articular junto com a Rede Protetiva ações que oportunizem a efetivação de necessárias para a qualidade de vida da adolescente;
- Acompanhamento sistemático da estudante no processo de escolarização, se necessário.

5- Acompanhamento

Após alguns dias, a Coordenadora Geral do CIEJA esteve no NAAPA DRE IP agradecendo a parceria e confirmando a permanência da B na UE, mesmo residindo no SAICA, devido à proximidade e especificidade da UE (EJA matutino) e disse-nos também que já atende outros estudantes que residem neste serviço. Disse que falou com B e que esta já havia buscado seus pertences na casa da tia e estava bastante esperançosa com as perspectivas futuras para sua vida.

Após um mês, fizemos o acompanhamento da estudante e verificamos que está assídua no CIEJA e já está frequentando também um Curso de Manutenção de Computadores proporcionado através do SAICA, ressaltou que está feliz e a Coordenadora comentou que observou a estudante mais segura.

Estamos aguardando retorno do CREAS sobre o histórico e efetivação do processo acompanhado pela Vara da Infância e do Adolescente, bem como sobre a busca ativa de ações que possam oferecer maior qualidade de vida à estudante e garantia de seus direitos.

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”

Paulo Freire

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Pensando a Proteção Integral. Contribuições ao debate sobre as propostas de inquirição judicial de crianças e adolescentes como vítimas ou testemunhas de crimes, In: **Conselho Federal de Psicologia Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção** – Propostas do Conselho Federal de Psicologia. – Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Programa Mais Educação São Paulo**: subsídios para a implantação. São Paulo: SME/DOT, 2014.

7. Diretoria Regional de Educação Itaquera

*Arícia Raquel Aud da Silva Valério
Camila Martim do Nascimento
Grazielly Bertoli Vidal
Keit Cristina Anteguera Lira
Márcia Victor da Silva
Rita Carla da Silva Oliveira
Simone de Paiva Habyak*

Trabalho em rede: um desafio possível

O NAAPA¹ vem promovendo, junto às Unidades Educacionais, espaços de discussão e encaminhamentos de ações entre a escola e os equipamentos da saúde, assistência social e direitos humanos, de forma que todos os agentes possam buscar novas possibilidades de ação e construir, em conjunto, novos caminhos para a transformação das situações apresentadas.

A escola tem e produz um saber que circula e, como equipamento da rede de proteção das crianças e adolescentes, ocupa um lugar importante nestas ações de conjunto. Assim, compartilhar saberes na busca de soluções das mais diversas problemáticas tem se materializado quando a escola participa do debate e do trabalho de articulação, pensando a educação como promotora de aprendizagem, saúde e pluralidade cultural.

¹ NAAPA – Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem

Compreendendo a escola como equipamento integrante da rede de proteção social, e ao se deparar diariamente com as demandas complexas de seu público, se faz necessário a implementação de práticas que contribuam para a transformação destas realidades. No entanto, essa transformação só se efetiva plenamente quando há a participação de outros agentes e serviços constituindo de forma articulada uma rede de atuação para a proteção integral.

O NAAPA foi instituído tendo como um de seus princípios de atuação o fortalecimento da rede de proteção. Por muito tempo, a escola esteve distanciada dos equipamentos que compõem o sistema de proteção. Estas ações das escolas junto à rede consistiam apenas nos encaminhamentos, não viabilizando momentos de discussão e compartilhamentos de saberes e informações.

Em contato com os equipamentos sociais, muitas vezes observava-se que havia um caminho já percorrido, porém o trabalho se dava de maneira fragmentada. Quando um equipamento verificava a necessidade de acionar outros serviços, realizava o encaminhamento, contudo não se priorizavam encontros para a discussão das demandas, dificultando ações coletivas e articuladas.

Com intuito de superar estes desafios e intervir nas situações que exigem ações compartilhadas a partir de diferentes saberes que não se sobrepõem, mas se complementam no enfrentamento da demanda apresentada, o NAAPA vem atuando na construção de uma rede articulada, priorizando a autonomia e protagonismo da escola como sujeito nessa Rede.

O fortalecimento da Rede de Proteção vai se concretizando por meio das diferentes possibilidades de ações. Dentre elas destacam-se as Reuniões de Rede Situacional, Territorial, Intersetorial, entre outras, todas constituídas por agentes de diferentes serviços das Secretarias de Educação, Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social, e Direitos Humanos e Cidadania.

A Rede e suas possibilidades

Relato de experiência

Em março de 2016 foi encaminhado ao NAAPA, por meio de relatório contextualizado pela Unidade de Educação Infantil, a situação de uma criança em condição de extrema vulnerabilidade. Essa criança, com 5 anos de idade, vinha protagonizando episódios de conflito e reagindo de forma agressiva ao se sentir contrariada, agindo com muita violência contra os colegas de sala e profissionais da Unidade Educacional. Por vezes, ultrapassava seu tempo de permanência na Unidade, devido ao fato do não comparecimento de um responsável para retirá-la. Frequentava a escola doente, com pouca roupa em dias de inverno e sua condição de higiene era precária. Segundo relato da Unidade, a criança chegava à escola com hematomas, arranhões e outras marcas no corpo, fatos que impulsionaram a escola a solicitar esclarecimentos da família.

Logo no primeiro contato, a representante da equipe gestora que atendeu o pai da criança percebeu a situação de vulnerabilidade em que a família estava inserida. O pai vivia numa condição de uso constante de substância etílica e estava sozinho como responsável pelos cuidados da criança e de outros três filhos. Segundo relatos dele, a mãe apresentava distúrbio mental e há dias saía de casa e não retornara. Essa aproximação e constante contato foi possibilitando aos profissionais da escola compreender a difícil realidade desse contexto familiar. Identificando que apenas os encaminhamentos e combinados com a família não seriam suficientes para transformar essa situação, a Unidade Educacional encaminhou essa situação ao Conselho Tutelar.

Mesmo com muitos diálogos e acolhimento por parte da Unidade, a dificuldade no manejo diário com a criança nos espaços da escola se intensificava a cada dia. Também era nítida a dificuldade da criança em relacionar-se com seus pares. Assim, a escola pensou na

estratégia de buscar parceria também do CAPSi , encaminhando um relatório da situação da criança e da família.

Prosseguindo em acompanhamento da Unidade Educacional, o NAAPA dialogou com a equipe gestora e também com as professoras sobre os desafios constituintes do processo de escolarização da criança, buscando ressignificar os tempos e espaços do cotidiano escolar para melhor enfrentamento do caso. Foram relatadas algumas situações para pensarmos coletivamente nos manejos diários, possibilidades de ações e estratégias pedagógicas que auxiliassem a criança a ampliar sua condição de expressão, para construir recursos internos propiciando condições de melhor aproveitamento do processo educativo.

Quando o NAAPA recebeu o relatório, o estudo do caso levou ao entendimento da condição vulnerável da família e do grande sofrimento expresso em suas atitudes, ao se encontrar em situação de muitas privações de direitos. Em contato com os equipamentos apontados pela escola, percebeu-se que havia estratégias de ações do Conselho Tutelar e também do CAPSi² em apoio à família, no entanto, a ausência de articulação entre essas ações dificultava o avanço no processo de garantia de cuidados e proteção a todos. Na busca pelo efetivo suporte e pela necessidade de mudança nessa situação, o NAAPA inicia o processo de articulação dos serviços já em andamento no acompanhamento dessa família, constituindo de fato um trabalho em rede.

A partir do momento em que se torna possível compartilhar os saberes dos equipamentos já acionados, verifica-se a necessidade de ampliar esta rede que começa a se formar, acionando outros equipamentos, tais como CAPS AD, NPJ, SASF, CREAS e APD³, para

2 CAPSi – Centro de atenção psicossocial para atendimentos a crianças e adolescentes

3 CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

NPJ – Núcleo de Proteção Jurídica

SASF – Serviço de Assistência Social à Família

CREAS – Centro de Referência Especializada da Assistência Social

APD – Acompanhante à Pessoa com Deficiência

compor esse espaço de compartilhamento, discussão e encaminhamentos de ações.

Com intuito de dividir as experiências, informações e impressões a respeito do contato que tiveram com a família, foi agendado um encontro onde os serviços se propuseram a repensar as ações já iniciadas e também refletir sobre novas estratégias e encaminhamentos possíveis. Como resultado desse espaço de discussão, houve uma preocupação em relação à maneira como a família acessaria todos os serviços e apoios que estavam sendo disponibilizados, pois caso as ações não estivessem integradas exigiria que a família tivesse uma condição de organização financeira e de tempo que não dispunha.

Por meio da reflexão coletiva ficou estabelecida, naquele momento, a necessidade de acompanhamento semanal da família. No entanto, devido à dificuldade do seu deslocamento, foi pensado esse acompanhamento por meio da visita domiciliar. Assim, a família receberia a visita semanal de uma dupla de agentes, formada por um orientador fixo do SASF e um orientador itinerante (agente do CAPS, CAPSi, CAPS AD ou Conselheiro Tutelar⁴). Pensando na especificidade de cada serviço, a ação foi se organizando respeitando os limites de atuação, mas buscando encaminhamentos sempre articulados. A dupla, composta a partir da parceria entre os serviços, teve como objetivo acompanhar, orientar e auxiliar a família em suas ações rotineiras como: os cuidados com os filhos, organização da casa, preparo de alimentos, dentre outros. E, os serviços mantiveram reuniões ampliadas periódicas, para avaliação da ação de modo geral.

A ação do NAAPA buscou impulsionar o fortalecimento da equipe escolar, a autonomia e o protagonismo desse equipamento social. Logo, no decorrer da ação é priorizada a aproximação da Unidade aos equipamentos que integram a rede de proteção social,

4 SASF – Serviço de Assistência Social à Família
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil
CAPS AD - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

valorizando a função de cada um e instrumentalizando-a para os futuros desafios que se apresentem no cotidiano escolar.

A equipe do NAAPA, além de acompanhar e apoiar esse trabalho na articulação da Rede prosseguiu no acompanhamento pedagógico junto à Unidade, discutindo com a equipe docente estratégias que possibilitassem o maior aproveitamento da criança das atividades e espaços educacionais, com vistas à garantia da sua permanência de forma mais efetiva.

Na compreensão de que essas ações configuram-se em processo, a equipe do NAAPA segue no acompanhamento da Unidade Educacional.

8. Diretoria Regional de Educação Jaçanã /Tremembé

*Adriana Meira Palma
Ana Carolina Godoy Fernandez Lojo
Angélica de Menezes Pombo
Carolina Magalhães Vale Resende
Denise Ramos Rodrigues
Joyce Affonso Miranda Tenório*

Grupo de Trabalho – O desenvolvimento dessa modalidade na Região da Diretoria Regional de Educação - Jaçanã Tremembé

“(...) enquanto calamos as perguntas mantemos a ilusão de que poderemos vir a saber as respostas.”

José Saramago

O Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (NAAPA) tem entre seus objetivos o apoio e o acompanhamento das equipes docentes e gestoras no processo de ensino-aprendizagem dos educandos, assessorando as Unidades Educacionais em relação às situações do cotidiano escolar. Sendo assim, tem estabelecido modalidades de atenção que propiciem ações junto às equipes escolares, educandos e educandas, bem como a todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

O Grupo de Trabalho – GT é uma das modalidades de atenção das equipes dos NAAPAs. Na Diretoria Regional de Educação – Jaçanã/Tremembé foi implementado este ano (2016). Descreveremos neste texto como este processo foi pensado coletivamente pela Equipe do NAAPA desta região.

Algumas indagações nos conduziram a propor esta modalidade: Como atender as situações sem produzir filas de espera? Se há situações recorrentes em algumas regiões, como propiciar o diálogo e as trocas de experiências entre os Profissionais da Educação? Na perspectiva de um currículo integrador, como aproximar as práticas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental a fim de contribuir com o desenvolvimento dos Educandos e com o enfrentamento de situações complexas? De que maneira poderemos potencializar as articulações das Unidades Educacionais em parceria com a Rede de Proteção?

Sob o encontro das reflexões mencionadas e o Projeto Político-Pedagógico desta DIPED (Divisão Pedagógica), que tem como tema “Diálogos Culturais nos Territórios”, estabeleceu-se a importância de uma ação territorial que propiciasse a aproximação das Unidades de uma mesma região. Assim, os GTs foram divididos por territórios: Santana/Tucuruvi/Mandaqui; Vila Maria/Vila Guilherme/Vila Medeiros e Jaçanã/Tremembé, sendo, desta maneira, organizados em três grupos.

Com isto, buscou-se a aproximação da ação do GT do NAAPA ao trabalho desenvolvido por toda a DIPED - DRE J/T, que compreende o território como:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das

trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, M. 2007, p.14).

Sendo assim, a ideia de um território que cuida e intencionalmente educa, traz a luz um dos objetivos do trabalho desenvolvido pelo NAAPA: “Articular e fortalecer a Rede de Proteção Social no(s) território(s).”

Dialogar sobre as situações do cotidiano escolar envolve também pensarmos nos educandos integralmente (aspectos sociais, culturais, cognitivos e afetivos) e por isso a parceria com outros sujeitos, projetos, serviços e organizações poderão possibilitar a troca de conhecimentos, experiências e informações que assegurarão um planejamento de estratégias e intervenções mais assertivas, que contribuam para o desenvolvimento dos bebês, crianças, adolescentes e adultos.

Nesta perspectiva, o diálogo é necessário também entre todos os serviços da Rede de Proteção Social, que atuam diretamente com a comunidade, visto as múltiplas faces que cada território possui, possibilitando uma melhor compreensão deste espaço, da cultura local, das histórias e memórias individuais e coletivas, e diversos significados ali produzidos, aproximando-se das infâncias e juventudes que também estão presentes na escola.

O NAAPA reconhece que as Unidades Educacionais são constituídas por espaços privilegiados de saberes e narrativas acerca de vivências e experiências, que circulam em diversas direções entre aqueles que participam, diretamente ou indiretamente, do processo de ensino-aprendizagem e que compõem o espaço educativo.

Pensando, assim, na contribuição que cada sujeito tem a oferecer nesse processo, o Núcleo valoriza a potência transformadora das Escolas e reconhece o seu papel fundamental nos processos educativos e de escolarização dos sujeitos que ali estão.

Deste modo, propiciar um espaço de interlocução entre as Unidades Educacionais torna o Grupo de Trabalho uma modalidade potente para o enfrentamento das situações que perpassam o cotidiano escolar, em que soluções são produzidas por meio de discussões

coletivas entre os próprios profissionais das Unidades Educacionais. Aprender em grupo significa oportunizar a reflexão crítica do processo de ensino-aprendizagem, bem como uma abertura para o surgimento de desafios, dúvidas, inquietações. Para o autor Pichon-Rivière (1998), a aprendizagem é um processo contínuo em que comunicação e interação são indissociáveis, na medida em que aprendemos a partir da relação com os outros.

Por meio destas discussões, a Equipe do NAAPA também fomenta a reflexão e problematização acerca de situações em que “problemas educacionais, que podem ser produzidos no interior de um sistema de ensino ou na maneira em que vivemos socialmente e/ou culturalmente as crianças, os adolescentes e os jovens, são reduzidos a dificuldades individuais e orgânicas, culpabilizando-os (as) pelo não aprender” (SÃO PAULO, 2016, p. 10)

É princípio do NAAPA potencializar as ações e as práticas desenvolvidas e existentes no cotidiano escolar que respeitem a diversidade humana em prol da emancipação dos sujeitos e apoiar a criação de outras intervenções que considerem os tempos e espaços, elegendo materiais e recursos que possibilitem o diálogo com as reais necessidades dos educandos sob a luz das aprendizagens acerca da linguagem, do corpo, da cognição, das emoções e das relações, sendo, de fato, significativas.

Para isso, neste ano de implementação, foram convidados para os GTs os Coordenadores Pedagógicos ou um profissional de cada Unidade Educacional. Os convites foram encaminhados a todas as instituições de ensino: CEIs diretas, indiretas e conveniadas, EMEIs, EMEFs, EMEFMs, EMEBS e CIEJAs. Os encontros acontecem mensalmente, totalizando 8 encontros ao longo do ano de 2016. O trabalho desenvolvido nestes encontros tem como objetivos:

- Constituir um espaço coletivo de diálogo e reflexão sobre determinadas situações do cotidiano escolar (dificuldades de aprendizagem, práticas pedagógicas, temáticas recorrentes do cotidiano escolar que impactam o processo de escola-

rização, entre outros), a fim de apoiar a Equipe Escolar no processo de ensino-aprendizagem dos educandos;

- Favorecer a interlocução entre as UEs, propiciando a troca de experiências;
- Fortalecer a aproximação e articulação das UEs com a Rede de Proteção Social e problematizar questões / situações de violação de direitos, vulnerabilidade social, violência, drogadição, entre outros, que prejudiquem o processo de escolarização.

Muitas articulações já realizadas e vivenciadas entre UEs e Equipamentos da Rede Protetiva, por meio de projetos ou ações, poderão ser socializadas no GT a fim de inspirar práticas em outras Unidades, potencializando a ação educativa, motivando parcerias, o trabalho em rede e evitando, assim, o isolamento.

Entretanto, trazer todas as escolas para os GTs é um grande desafio, não só pela extensão territorial em que estamos inseridos, mas também pela necessidade de construirmos coletivamente um espaço de reflexão e de interlocução entre as Unidades Educacionais e de suas experiências pedagógicas, ressignificando o fazer cotidiano e as possibilidades de intervenções coletivas. Assim:

Acreditamos que a criação/ampliação/reinvenção dos espaços educativos depende de uma reflexão sobre a gênese do espaço, do tempo e do território escolar do entendimento de como, quando e porque eles se fizeram assim. Além disso, exige que compreendamos a relação do espaço e do tempo com a educação, para identificarmos o potencial educativo da escola e do seu território (BRASIL, 2014, P. 13).

Nesta perspectiva, os Grupos de Trabalho, abrangendo diferentes segmentos da Educação e distribuídos pelos territórios de nossa região, terão a possibilidade de efetivar tais premissas que direcionam todo o trabalho do NAAPA.

Portanto, não podemos deixar de citar a obra “Pedagogia da Autonomia”, onde Paulo Freire propõe:

Viver a abertura respeitosa aos outros e, de quando em vez, de acordo com o momento, tomar a própria prática de abertura ao outro como objeto de reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente. A razão ética da abertura, seu fundamento político, sua referência pedagógica; a boniteza que há nela como viabilidade do diálogo. A experiência da abertura como experiência fundante do ser inacabado que terminou por se saber inacabado. Será impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de explicação, de respostas a múltiplas perguntas. O fechamento ao mundo e aos outros se torna transgressão ao impulso natural da incompletude (FREIRE, 2014, p. 133).

Assim, a modalidade “Grupo de Trabalho do NAAPA da DRE Jaçanã / Tremembé” propõe uma relação de abertura entre o conhecimento existente nas UEs e a capacidade de recriar ou de refazer, permanentemente, a prática de ensinar e aprender, considerando aspectos essenciais: sociais, culturais, históricos, dentre outros, visando o acesso, a permanência dos educandos em prol de uma Educação de Qualidade Social.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Série Cadernos Pedagógicos**: Territórios Educativos para Educação Integral. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/04/territorioseducativos.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessário à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REVISTA DIPED J/T. **Diálogos Culturais nos Territórios**. São Paulo: 2016.

SANTOS, Milton et. al. **Territórios, territórios**: Ensaio sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem. **Caderno de debates do NAAPA**: questões do cotidiano escolar. –São Paulo : SME / COPED, 2016.

9. Diretoria Regional de Educação Penha

*Ana Karla Moreira Silva
Ana Paula Puzzello Ghiraldini
Marcia Cristina Piccinim Costa
Monica de Fatima Laratta Vasconcelos
Núbia Nogueira Chinoca
Rosana de Sousa Maia Cunha
Veronica Scalone*

Grupos de Trabalho: a construção do saber coletivo

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*

(João Cabral de Melo Neto)

Compreendendo que a escola inclusiva, justa e democrática pressupõe um movimento constante de ação-reflexão-ação sobre as

práticas educativas, o NAAPA da DRE Penha propõe um espaço de reflexão coletiva, que visa a contribuir com o processo de escolarização dos educandos e educandas que vivem em condições de vulnerabilidade social e/ou são usuários/as dos serviços de saúde mental.

Nessa perspectiva, cada vez que revisitamos nossas práticas e aprimoramos nossos olhares, colocamo-nos como corresponsáveis no processo educativo e contribuimos para uma educação humanitária, que respeita a singularidade do/a educando/a, favorecendo seu protagonismo no espaço escolar.

O NAAPA da DRE Penha, então, tem proposto Grupos de Trabalho (GTs), com o intuito de estabelecer um diálogo com e entre professores/as, coordenadores/as, diretores/as, supervisores/as e demais funcionários/as da escola. A partir de intervenções da equipe multiprofissional do NAAPA, composta por psicólogas, psicopedagogas, fonoaudióloga e assistente social, buscamos criar momentos coletivos de troca de saberes, experiências e de elaboração conjunta de proposições significativas para as questões trazidas pelas escolas. Compartilhamos nossos saberes, acordamos processos de investigação da realidade escolar e, assim, construímos estratégias conjuntas de transformação dos contextos educativos em que se inserem nossos/as educandos/as.

A opção por apostar nesta modalidade nova de atendimento na DRE Penha surgiu das nossas experiências de ida às escolas durante o ano de 2015. Até então, a itinerância (ida a cada uma das escolas que nos demandavam) era a modalidade principal de apoio e acompanhamento às Unidades Educacionais. Muitas delas nos relatavam o desejo de ter um momento em que pudessem olhar para a prática. Percebíamos que os/as educadores/as buscavam interpretações que enriquecessem a compreensão da situação complexa vivida, permitindo que nos deparássemos com os conflitos cotidianos, com as conquistas e as limitações da Unidade Educacional, sem que todo esse movimento de questionamento nos paralisasse. Assim, pareceu à nossa equipe multiprofissional que um espaço que pudesse reconhecer o coletivo como a mais

significativa instância para pensarmos a ação educativa seria uma estratégia potente para a consecução de nossos objetivos.

Por fim, cabe-nos enfatizar a posição de que o coletivo é a mais significativa instância para a ação educativa. Assim, o trabalho do Naapa compromete-se com uma ética dos encontros. Encontros em que diferentes vozes e versões possam se fazer presentes, produzindo efeitos sobre todos (as) e cada um(a) dos(as) participantes. Nesse mesmo sentido, partilhamos de uma concepção que reconhece, na experiência coletiva, o contexto necessário para o desenvolvimento do processo ensino--aprendizagem, sempre tomado como oferta marcada histórica, social e culturalmente. (SCHILLING; ANGELUCCI, 2016, p. 18).

Os GTs são espaços democráticos de troca de ideias que permitem o compartilhamento dos repertórios de ações pedagógicas, bem como favorecem a dialogicidade dos saberes. É um momento enriquecedor de interação social, cujos/as integrantes são convidados/as a se debruçarem sobre uma questão específica, a fim de criar proposições significativas às situações pedagógicas, sociais e emocionais que podem estar comprometendo o processo de escolarização. Dessa forma, possibilita:

Mostrar que temos um saber e para, ao mesmo tempo, mexer com esse saber. Para nos colocarmos dentro das diferenças de pensamento, de hipótese e pontos de vista que compõem o cenário grupal. Para acompanhar as reações frente ao trabalho, à tarefa, ajudando-nos a crescer, transformar. Grupo que vai desestabilizar, criar ansiedade (pois sem ela não há movimento psíquico que nos leve a mudança). Mas grupo que dará guarita, apoio, subsídio e direção no novo a construir. (DAVINI, 2003, p. 27)

Segundo Pichon-Revière, “podemos falar em grupo, quando um conjunto de pessoas que, ligadas por constantes de tempo e espaço,

movidos por necessidades semelhantes se reúnem em torno de uma tarefa específica” (PICHON-RIVIÈRE, 1980, apud COSTA, 1989, p.42).

A fim de que os encontros não se configurassem tão somente como um amontoado de pessoas querendo discutir cada uma a situação de sua escola, a equipe do NAAPA da DRE Penha levantou critérios para a formação dos grupos e optou por organizá-los a partir do critério de territorialidade, apostando que esse seria um fator de facilitação da articulação com a rede de proteção de crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, formamos quatro grupos de trabalho, com encontros mensais no mesmo local durante todo o ano de 2016. Procuramos garantir, assim, a regularidade dos encontros e a proximidade das unidades no território, entendendo:

O território como o espaço que habitamos, não como um contorno geográfico que delimita deslocamentos. É, assim, o espaço de produção de vida coletiva, de produção de redes de conhecimento, e também de conflitos, de enfrentamento e disputa. Convida a sair, a ocupar a rua, o pedaço e também convoca a se fechar em casa, no trabalho, na escola. (SCHILLING; ANGE-LUCCI, 2016, p.18)

Dividimos, então, as 123 Unidades Educacionais que compõem a DRE Penha em quatro grupos de trabalho mensais, cujos encontros acontecem regularmente em duas quintas-feiras de cada mês. Para as Escolas Municipais de Ensino Fundamental - EMEFs, os GTs acontecem no período da manhã, entre 9h e 12h; já para a Educação Infantil (Centros de Educação Infantil- CEIs e Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEIs), os encontros ocorrem à tarde, entre 14h e 17h. Para cada GT definimos uma equipe de referência, sendo uma psicopedagoga e uma psicóloga. As demais participantes da equipe multidisciplinar (fonoaudióloga e assistente social) constituem-se como profissionais de apoio. Compreendemos que o contato com uma equipe de referência favorece a criação de vínculos e a confiança em trazer para a discussão as suas demandas.

Cabe ressaltar que é estabelecido antes do início de cada GT trinta minutos para que educadores/as que estejam pela primeira vez participando da atividade apropriem-se, juntamente com a equipe do NAAPA, da dinâmica e do funcionamento dos GTs. Esse é também um momento para que os/as participantes tirem dúvidas e recebam orientações a respeito de questões que não farão parte da discussão naquele dia.

Após a divisão dos quatro GTs, a etapa seguinte foi definir como funcionaria o acolhimento às demandas e como seria a comunicação entre o grupo e a equipe de referência.

Fizemos uma primeira reunião com os/as componentes dos quatro grupos de trabalho para apresentarmos a nova modalidade de atendimento, explicarmos a sua frequência e a dinâmica, o critério de formação dos grupos de trabalho e apresentamos a todos/as os/as presentes a divisão territorial das escolas, quais as escolas pertencentes a cada grupo e combinamos que as questões deveriam ser enviadas, preferencialmente, até dez dias antes do encontro mensal por meio de um relatório, pelo e-mail criado exclusivamente para cada grupo, facilitando a organização do trabalho e favorecendo a discussão prévia entre a equipe do NAAPA, que se encarregaria de preparar a discussão. Os materiais usados durante os encontros, tais como a bibliografia, textos, links de vídeos, assim como o cronograma anual dos encontros, foram disponibilizados no Google Drive criado para cada grupo de trabalho.

Abrimos aos/às participantes um espaço para tirarem as dúvidas e colocarem as suas expectativas. Em seguida, apresentamos ao grupo os propósitos do NAAPA, suas principais atribuições e colocamo-nos disponíveis para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

A metodologia usada para a condução dos GTs baseou-se nos seguintes princípios:

- Acordo de sigilo e confiança mútua;
- Condução dialógica, com garantia à voz dos/as participantes e escuta ativa, respeitosa, sensível, reflexiva e sem julgamentos;

- Reconhecimento do GT como espaço potente de apoio e acompanhamento às questões apresentadas;
- Construção de saberes coletivos que subsidiem a ampliação de repertórios de intervenções;
- Estabelecimento de corresponsabilidade e trabalho conjunto entre os membros do GT, com propostas de enfrentamento e resolução de questões complexas de escolarização;
- Encontros com constância de tempo e espaço (mensalmente, no mesmo auditório, mesmo dia da semana e mesmo horário, com calendário completo entregue aos participantes no primeiro encontro);
- Discussão das questões apresentadas somente na presença de um/a coordenador/a pedagógico/a da escola e, se possível, de pelo menos um/a professor/a responsável pelo/a educando sobre o/a qual estivéssemos discutindo;
- A cada discussão são geradas ações (tarefas) para as partes envolvidas (NAAAPA e Escola), com o acompanhamento sistemático de tais tarefas nos próximos encontros e compartilhamento de conquistas e novos desafios.

Para tanto, adotamos o seguinte roteiro de trabalho:

- Apresentação da pauta no início do encontro;
- Apresentação da execução das tarefas dos encontros anteriores pelas partes envolvidas;
- Leitura da primeira situação complexa;
- Rápida contextualização da questão por parte da escola (informações complementares ao relatório);
- Rodada de perguntas dos/as participantes aos/às profissionais da escola sobre a qual se está discutindo para melhor entendimento da questão;
- Estabelecimento de foco de atenção nos aspectos prioritários da questão nesse momento;

- Proposição de ações (tarefas) para lidarmos com as prioridades elencadas;
- Leitura das demais questões, sucessivamente, repetindo-se o roteiro;
- Ao término das discussões, há um momento de reflexão coletiva, a partir da exposição da temática em questão, para maior aprofundamento. Para tal, são usados suportes textuais e audiovisuais (vídeos, apresentações, músicas ou textos), que são posteriormente disponibilizados no Google Drive do referido GT.

Quando são muitas as situações a serem discutidas, temos duas estratégias: a divisão de educadores/as em pequenos grupos por temática ou a apresentação esquemática das situações, a fim de que o grupo decida quais serão as priorizadas neste encontro. As situações que por ventura não forem discutidas são acompanhadas pelo NAA-PA em itinerância ou outras ações necessárias.

Ressaltamos que este texto foi escrito em agosto de 2016, quando já ocorrido seis ou sete encontros de cada GT. É importante relatar que fizemos uma avaliação com registro nos primeiros encontros de cada GT (GT1, GT2, GT3 e GT4), com devolutivas verbais ao final de cada encontro.

Para traçar um panorama geral deste primeiro semestre, apresentamos algumas informações: compareceram, nos GT1 e GT3 (EMEFs), um total de 76 educadores/as, que discutiram 31 situações com as seguintes temáticas: alfabetização, medicalização, comportamentos, isolamento na escola, processos de aprendizagem, gestão de sala de aula e questões de vulnerabilidade ligadas a abuso sexual, uso abusivo de álcool e outras drogas, pobreza extrema. Quanto ao GT2 e GT4, (CEIs e EMEIs), houve representação de todas as escolas, sendo que compareceram 112 educadores/as, que discutiram a rede de proteção social, medicalização, comportamento, agressividade, limites, gestão de sala de aula e demais espaços escolares e vulnerabilidade social, ligada à violência doméstica.

Destacamos que a Educação Infantil tem dupla importância para o trabalho do NAAPA: o apoio e o acompanhamento dos processos educacionais de bebês e crianças, hoje, em seus direitos, bem como a ação preventiva, posto que esses/as educandos/as frequentarão nossas Unidades Escolares até o final do Ensino Fundamental.

Em síntese, ressaltamos que esta nova modalidade de acolhimento, os GTs da DRE Penha, contou, até o momento, com 190 educadores/as implicados/as na tarefa de discutir e acompanhar 41 situações escolares complexas que exigiram sigilo, pertencimento ao grupo, comunicação, formação de vínculos, cooperação, escuta respeitosa, compartilhamento de repertório de ações educativas e, principalmente, confiança na força do grupo como apoio no território, reforçando, portanto, nossa rede de proteção interna, apoio este que extrapola os momentos de discussão, percorrendo momentos informais de intervalo para café, criando possibilidades de encontro entre escolas vizinhas, valorizando a conversa entre colegas de uma mesma escola. Tais educadores/as criaram e mantêm essa rede, mesmo eventualmente ausentes dos encontros do GT, pois continuam se comunicando por meio dos dispositivos de comunicação remota que criamos por exemplo, o Google Drive.

Apostamos, sobretudo, que o enfrentamento das situações complexas é possível a partir do estabelecimento de um coletivo de educadores/as com diferentes saberes e experiências e que têm iguais condições de contribuição. Assim, entendemos que o fundamento da proposta do NAAPA da DRE Penha assenta-se na experiência de contínua formação entre pares que se reúnem para, colaborativamente, pensar os desafios da vida diária escolar.

Para concluir, entendemos que falar da obra de Pichon-Rivière é falar sobre dialética... Seu pensamento contém um posicionamento político-ideológico na medida em que concebe o ser humano como sujeito imerso numa realidade concreta, que pode transformá-la a partir de uma adaptação ativa, que envolve ação e criação. Seu conceito de adaptação não se relaciona à ideia

de passividade, mas de ação humana orientada para a aprendizagem, para a mudança e para a transformação dessa mesma realidade, e é nesse sentido que o grupo irá instrumentalizar seus integrantes... Não pode haver transformação sem diálogo, sem interação, sem a troca, sem a palavra do outro construindo sentidos junto à minha, seja na mesma direção, seja em sentidos contraditórios, em um movimento permanente, dialético e em espiral. (PEREIRA, 2013, p. 5)

Sabendo-se que a força dos grupos está na circulação da fala e na escuta entre seus membros, finalizamos este texto com a reprodução de algumas falas registradas em nossas avaliações:

“Essas reuniões são de extrema importância onde trazemos dúvidas e levamos alternativas para a escola e troca de experiências, ampliação das possibilidades de ação a fim de qualificar atendimentos”.

“Eu elogio a possibilidade, a oportunidade e a coragem da equipe do NAAPA em reunir tantas escolas com a proposta de auxiliar nas dúvidas e orientação nos casos que estão presentes na UE e que não sabemos o que fazer”.

“Eu elogio a iniciativa e formação do grupo porque com certeza a troca de experiências é a melhor forma de ampliar o conhecimento, mesmo que não tenhamos aquele tipo de problema, caso ocorra no futuro, já temos ideia de como lidar com ele”.

“...Pela ideia e construção dos grupos de trabalho pela equipe. Espero realmente que seja o início de uma nova era na educação”.

“Espaço para que os problemas recorrentes encontrados nas escolas sejam debatidos, analisados e resolvidos de modo coletivo”.

“A proposta de trabalho é muito boa, nós nos vemos nas situações, temos sensação de fortalecimento, de não se sentir sozinha. Este é o sentido dos nossos fazeres, é a troca. Já tenho experiências que eu posso passar...”

“É a primeira vez que vejo algo em rede, uma discussão junto com a escola”.

“Trabalho sério e organizado”.

“Sinto-me amparada, nunca obtive retorno da rede de proteção. Um se apoiando no outro, isso nos fortalece a continuar”.

“É muito produtivo quando conseguimos juntar professores e coordenadores... Quando estamos aqui nos completamos”.

“...Não nos sentimos sozinhos”.

Referências

COSTA, J. F. **Psicanálise e contexto cultural**: imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapias. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DAVINI, J. **Um grupo novo**: desafios e desejos. In: FREIRE, M. F. (Org.). *Indivíduo, saber e parceria: malhas do conhecimento*. 3 ed. São Paulo: PDN, 2003.

SCHILLING, F.I.; ANGELUCCI, C.B. Escola no centro da rede de proteção social e a criação de novos possíveis no município de São Paulo: o caso do NAAPA. In: **SÃO PAULO (SP). Caderno de debates do NAAPA** – questões do cotidiano escolar - vol.2. São Paulo: SME / COPED, 2016.

PEREIRA, T.T.S.O. **Pichon-Rivière, a dialética e os grupos operativos**: implicações para pesquisa e intervenção. Revista da SPAGESP, Ribeirão Preto, v.14, n.1, p.21-29, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702013000100004>. Acesso em: 18 ago. 2016.

10. Diretoria Regional de Educação Pirituba/Jaraguá

Fernanda Gasparetto

Iara Susi Maria Silva

Laiza Frohmut

Marcia Andrea Bonifacio da Costa Oliveira

Monica Quatrochi Morgado de Santo

Rosilene Rosa de Sá

Rosemeire Quilante

Vanessa Grandizoli Graças

O protagonismo escolar como agente transformador

A produção deste relato nos apresentou, como primeiro desafio, a escolha de uma temática que pudesse expressar as diferentes dimensões nas quais estão circunscritas as atividades desenvolvidas pelas equipes do NAAPA no trabalho com às Unidades Educacionais, uma vez que, com elas, compartilhamos o compromisso de promover o acesso, permanência e aprendizagem de bebês, crianças e adolescentes em idade escolar na Cidade de São Paulo, a uma educação de qualidade, emancipatória e que resguarde os direitos fundamentais de cada um de seus educandos.

Vale ressaltar que, em seu pouco tempo de existência, a equipe NAAPA da Diretoria Regional de Educação – Pirituba/Jaraguá vivenciou ricos momentos de escuta e acolhimento com às equipes pedagógicas, famílias e estudantes, por meio dos quais foi possível ver e escutar os sofrimentos e angústias de crianças e educadores.

Vidas entrelaçadas e por vezes embaraçadas pelos desafios do cotidiano escolar.

Por diversas ocasiões, fomos mobilizados a promover o diálogo e o debate entre o coletivo de educadores para possibilitar maior criticidade sobre as dificuldades que permeiam o processo de escolarização, constituindo novos olhares para os meninos e meninas que, como sujeitos histórica e socialmente constituídos, têm suas vidas forjadas por suas intensas interações e relações com o meio e suas marcas culturais, tendo assim, como resultado, diferentes e por vezes indesejadas manifestações no ambiente escolar.

Às escolas públicas vão chegando outros alunos. O que trazem de diferente? Trazem outras vidas e outros corpos. Mais precarizados, mais vulneráveis do que os corpos das crianças e dos adolescentes que tiveram o privilégio por décadas de acesso às escolas. Conviver com as outras vidas mais vulneráveis é a experiência mais desafiante para nossa reflexão e ação pedagógica. Se a infância desafia a pedagogia desde suas origens, a experiência de vivê-la com tanta precariedade traz desafios ao repensar-se da pedagogia e da docência. Chegam com fome, vidas sofridas. Não consigo desfazer-me de seu olhar... Falas conscientes de docentes-educadores(as). Outra história de outras infâncias que se afirmam presentes nas escolas e na sociedade. (ARROYO, 2012, p. 25).

Assim, o trabalho pautou-se pela ação dialógica e problematizadora das questões apresentadas, buscando-se incessantemente desvelar as ideias naturalizadas acerca das dificuldades de aprendizagem, de comportamento e de relacionamento dos educandos e educandas de nossas escolas. Fomos todos convidados a considerar as novas dimensões apresentadas por suas vidas e seus corpos.

Tendo esta reflexão como pano de fundo, fizemos nossa escolha. Decidimos compartilhar um pouco de nosso percurso com a uma Unidade Educacional que vive situações que desafiam suas mais pro-

fundas convicções sobre a criança, seu desenvolvimento e a importância da família em seus processos de aprendizagem.

Este encontro nos colocou diante da necessidade de constituir novos paradigmas que suscitassem indagações sobre o papel da instituição escolar frente a crianças que experimentam o extremo da vulnerabilidade¹, crianças que se encontram em situação de acolhimento² institucional, solicitando o reposicionamento dos agentes do processo educativo frente a essa realidade.

Entendemos que acolhimento institucional é uma das respostas de proteção do Estado a situações específicas de violação de direitos, quando esgotadas as possibilidades de resolução no ambiente familiar e comunitário da criança e do adolescente em questão. O abrigo tem a responsabilidade de zelar pela integridade física e emocional de crianças e adolescentes que, temporariamente, necessitem viver afastados da convivência com suas famílias, promovendo formas de cuidado e de educação em ambiente coletivo, pequeno e dotado de infraestrutura material e humana capazes de proporcionar, ao acolhido, condições de pleno desenvolvimento. O trabalho articulado com a rede de serviços da comunidade permite aos abrigos fazer deste período de vida da criança e do adolescente uma passagem rumo à sua reinserção comunitária [...] [O serviço] “existe para ser um lugar de acolhimento e socialização, que favoreça o desenvolvimento da autonomia e da criatividade” (CADA CASO É UM CASO, 2010, P. 20)

- 1 Vulnerabilidade: quando se refere aos grupos ou indivíduos que, por diversos motivos, são mais atingidos pelos efeitos das desigualdades socioeconômicas e pela precariedade das políticas públicas. Risco: tende a indicar algum tipo de perigo, demandando medidas de proteção, independentemente da condição social (RIZZINI, 2000)
- 2 O termo acolhimento refere-se às experiências de cuidados prestados às crianças e aos adolescentes fora de sua casa, que, mesmo ocorrendo em caráter excepcional e temporário, podem se constituir em um espaço de proteção e de desenvolvimento. Rizzini considera que a distinção entre acolhimento institucional e familiar está ligada à ideia de “acolhimento como antagônica à noção de institucionalização, como prática de confinamento e segregação” (RIZZINI, 2006).

Tendo a compreensão de que o espaço escolar é parte fundamental desta rede de apoio, cuidado, proteção e serviços necessários para a reinserção comunitária da criança e do adolescente em situação de acolhimento institucional, faz-se necessário que o grupo de educadores se sinta desafiado a ressignificar o ambiente educativo, de forma a possibilitar a criação de vínculos de confiança e respeito que considere as marcas na subjetividade destes sujeitos e do seu percurso até o momento do acolhimento.

Este reconhecimento pode ser traduzido em um novo olhar para os tempos e espaços da escola, bem como pelo permanente investimento em um currículo vivo, dinâmico e emancipatório. Estes novos paradigmas se expressam na articulação pedagógica e na valorização dos espaços de ação-reflexão-ação como os Horários Coletivos, Hora Atividade, Reuniões de Pais, Reuniões Pedagógicas, Conselho de Escola, Rodas de Conversa, que resultam em mudanças significativas nas práticas docentes e do cotidiano escolar.

11. Diretoria Regional de Educação Santo Amaro

*Ana Cláudia de Paula Correia
Andrezza Moreira Gaino
Claudio Alexandre Kovacs Pires De Godoi
Heleni Ferreira da Silva
Mariangela Alves Feitosa Fernandes
Silvia Cristina Vicentini de Souza
Tatiana Cristina Pereira*

Os desafios do processo de escolarização e a atuação do NAAPA

Em visita a uma Unidade Educacional na data de 30/06/15, a coordenadora pedagógica apresentou à psicopedagoga do NAAPA o histórico do aluno K e sua dificuldade em obter retorno do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil - CAPS-IJ dos acompanhamentos realizados por este equipamento e a necessidade da equipe gestora e do corpo docente debaterem possíveis ações com o adolescente.

Segundo informações da coordenadora pedagógica, K é estudante do 6º ano, primeiro filho de quatro irmãos, é cuidado pela tia materna (que recebe benefício do Bolsa Família) e sua mãe é moradora de rua e usuária de crack. K foi medicado pela psiquiatra do CAPS-IJ, mas queixava-se de dores de cabeça após o uso do medicamento. A medicação foi suspensa e desde então “não se pode mais com ele” “K é inteligente, mas... muito difícil de lidar...”, segundo informações da coordenadora pedagógica.

A pedido do NAAPA, a coordenadora pedagógica passou o contato da psicóloga e aceitou e compreendeu a sugestão de marcarmos uma reunião com o CAPS-IJ para entender melhor o que acontecia com K. Enquanto isso a escola continuaria as tentativas de inseri-lo nos Projetos da Escola (Ondas do Rádio, artesanato), embora ele, nem sempre, cumprisse os combinados estabelecidos. O NAAPA dialogou com a professora de recuperação paralela que contou o quanto K era inteligente e não tinha necessidade de ficar em suas aulas, acabava rápido as atividades e começava a perturbar os colegas.

A equipe do NAAPA, junto com a professora de recuperação paralela, pensou na possibilidade de valorizar o potencial do estudante ajudando as crianças com maiores dificuldades. A professora aceitou a proposta e compartilhou o trabalho realizado para inserir K e valorizar sua capacidade.

As profissionais do NAAPA conversaram com a tia que cuida de K e tem sua guarda desde os dois anos de idade, que relatou que a mãe de K é andarilha e dependente química. K tem um desejo grande de morar com a mãe apesar da sua situação. Em 2013, a tia conseguiu atendimento psíquico para o sobrinho, no CAPS-IJ, através do encaminhamento da UBS, que naquele momento não dispunha de profissional na área da saúde mental.

Na sequência, um profissional do NAAPA ligou ao CAPS-IJ, conversou com a psicóloga do adolescente e agendamos um encontro no próprio equipamento com a psicóloga, a psicopedagoga do NAAPA, a coordenadora pedagógica da UE e o educador físico que também acompanha o adolescente.

Na reunião, no CAPS-IJ, a escola levou cópia das ocorrências de K e fez as seguintes pontuações:

UE: K. está sempre no meio de confusões e não assume o que apronta; participa do Projeto Rádio na Escola, mas perde a atenção fácil e escolhe o jogo de computador; uma vez por semana frequenta a Recuperação Paralela; recentemente envolveu-se com um colega para furtar chocolates de dentro do armário de um professor e, mesmo

mostrando sua atitude nas câmeras da escola, negava sua participação. K demora de 10 a 15 minutos para sentar na classe no início de cada aula, o que retarda o seu início; promete melhorar por querer ser aluno monitor; cria bons “raps”; é líder, seus colegas gostam dele apesar das queixas relacionados ao seu comportamento; sua maior dificuldade é na relação com os professores .

Após a escuta, o CAPS-IJ fez as seguintes colocações:

Psicóloga do CAPS-IJ: K está em acompanhamento desde 2013; é muito inteligente; apresenta bom rendimento escolar, escreve bem. Chegou com uma história de vida difícil e apático; parecia não reagir. Não tem “porto seguro”, é cuidado pela tia. Com o passar do tempo mudou seu comportamento; passou por diferentes grupos com atividades manuais e agora está com atividades com o educador físico. São trabalhados com ele os limites, as regras, as causas e consequências de seus comportamentos. K sempre quer brincar.

Embora o brincar seja universal e decorrente da saúde do indivíduo, inúmeros jovens não possuem essa capacidade, por se encontrarem doentes, diante da falta de validação da sua existência, quer por isolamento compulsório provocado pela dinâmica familiar, quer por invasão avassaladora de uma mãe, ou de quem está exercendo a função materna, que, por não ter sido também validada, exerce a sua função não validando o seu filho, mas somente a si própria, na tentativa de se ver legitimada como pessoa, a despeito dos prejuízos psíquicos causados ao filho(COELHO FILHO; POSSA, P.102, 2004)

Educador Físico do CAPS-IJ: K. cuida dos irmãos, lava louça, faz comida. Quando a mãe aparece em casa, fica em vigília cuidando dela, lhe dá banho.

Segundo a psiquiatra do CAPS-IJ, K. apresenta uma “maturidade patológica”, que, na explicação dos profissionais, seria a implicação de K em atividades que não cabem a sua idade. K estaria com sua in-

fância “roubada”, o que o torna aparentemente infantil e inadequado, burla regras. K não encerrou o “ser criança”.

A medicação (imipramina-antidepressivo) foi retirada pelas dores de cabeça e passou em consulta com neurologista. K precisa ser regulado nos ambientes sem medicação.

Sugestões do CAPS-IJ: Colocar K com crianças de idade inferior para ser mais criança, pois estar com os de sua idade depende de uma responsabilidade que ainda se encontra em construção.

Na visão da Equipe do NAAPA, esta poderia ser uma indicação excludente, já que trabalhamos com a inclusão dos sujeitos e tudo indicaria que tal medida pouco colaboraria com o crescimento de K. Ao contrário, colocá-lo como referência de uma atividade na escola seria uma alternativa, pois é possível que esteja querendo mudar e dissolver um determinado rótulo ao dizer que quer ser um bom aluno. Assim, a sugestão seria no sentido de mudar os recursos pedagógicos, pois parecia que a própria equipe escolar estaria “barrando” potenciais e possibilidades do K. Ou seja, seria importante desconstruir as ideias do “estar” na escola de K, possibilitando uma mudança de seu lugar no grupo.

Foram, assim, reestruturadas as propostas de atendimento com K a partir das colocações desta reunião conjunta.

Em conversa com a equipe gestora da Unidade Educacional, verificamos a possibilidade de uma reunião que envolvesse o maior número de professores do estudante e equipe gestora, juntamente com o NAAPA e CAPS-IJ.

A coordenadora pedagógica, juntamente com a diretora, em dia de Conselho de Classe, reuniu todos os professores do estudante, CAPS-IJ, NAAPA e professores que futuramente poderiam estar com K, entendendo que seria um momento importante de discussão, não só da situação de K, como também de outros que poderiam vir e, entendendo que K é aluno da Escola e não apenas do 6º ano. Dialogar com os profissionais envolvidos com o educando para entendê-lo e compreendê-lo a fim de colaborar com a dia a dia da

escola, no intuito de incluir K num espaço que respeite a diversidade e singularidade e que considere sua história de vida e experiências, era o objetivo do NAAPA naquele momento.

Iniciada a reunião, a psicóloga e o educador físico de K, do CAPS-IJ, compartilharam com a equipe escolar tudo o que foi conversado com a Coordenadora Pedagógica e com o NAAPA, em reunião no CAPS-IJ. Reforçaram a ideia da necessidade de flexibilizar posturas; transformar “o olhar” como tentativa de ajudá-lo a sair de um possível engessamento de posturas.

Afirmaram a necessidade de se entender que K não está contra os professores, que é preciso olhar com distanciamento e que se faz necessário cuidar e fortalecer o professor. Relataram a necessidade de promover acordos com K, retomando-os sempre que necessário, e que mesmo medicado, não há pílula médica mágica no setor da Saúde: são necessárias outras intervenções acontecendo para gerar um efeito positivo no indivíduo.

Combinou-se uma próxima reunião entre CAPS-IJ, NAAPA, Equipe Gestora, Equipe Docente e K, caso seja necessário.

Encerrada a reunião, os profissionais do NAAPA promoveram um diálogo com a equipe docente, no intuito de buscar novas estratégias que pudessem garantir o acesso e permanência de K no espaço escolar. Os docentes puderam dizer o quanto se sentiam paralisados e impotentes frente ao estudante e compartilharam os sentimentos ruins que K provocava. Mesmo “mais sensibilizados” com a história de vida de K, também compartilharam a dificuldade em adaptar currículos de acordo com seus Componentes Curriculares.

Buscamos o reconhecimento e valorização de K e perguntamos se saberiam dizer em que o estudante se destacava. A resposta surgiu de uma professora de Geografia que, ao ministrar aula sobre Planalto e Planície, falou sobre a praia e relatou que K mostrou-se muito atento, compartilhando sua experiência de ir a Santos e participando da aula com afinco. Também é relatada sua habilidade com Matemática.

A equipe gestora conta que quando está fora da sala de aula, o estudante se interessa por trabalhos manuais de recorte.

Levantaram possíveis ações para intervir e potencializar a aprendizagem do estudante:

- A necessidade de que a Instituição Escolar se reinvente, unindo conteúdos a todas as formas de se aprender, pensando que cada indivíduo é único e tem uma forma de aprendizado, combinando diferentes dinâmicas em sala de aula;
- Possibilidade de colocar K em situação de protagonismo, lembrando os combinados quando não os cumprir; K já espera a reação de rejeição dos adultos à sua volta, reagindo desta forma como defesa e medo de sofrer nas relações;
- Exaltamos a sua capacidade manual e, com a professora de Arte, pensamos nas possibilidades de acontecerem aulas mais vivenciais;
- Reafirmamos a fala do CAPS-IJ quando diz que K é cuidadoso com o próximo e que nas aulas de Matemática é possível colocá-lo para ajudar crianças com dificuldades em cálculo, uma vez que o professor desta disciplina relatou facilidade do estudante nesta área.
- A importância dos profissionais da escola considerar o que cabe à escola como promotora do conhecimento, considerando as potencialidades do educando e as diversas formas de demonstrar conhecimento e aprendizagem.

Uma docente pergunta o que é possível fazer quando a raiva de K aparece. Pensamos no grupo que muitas vezes torna-se importante que estes sentimentos possam ser compartilhados com o estudante, lembrando da necessidade de compreender que, neste momento, muitas das ações de K estão relacionadas a sua história de vida, atentando-se para quem é o adulto nas relações docentes e discentes.

Sabemos que a violência contra a criança traz prejuízos ao seu desenvolvimento emocional. Quando este de-

envolvimento é perturbado ou bloqueado pela crueza da realidade que se apresenta à criança, algum tipo de violência está em ação. O vínculo afetivo desempenha um papel fundamental na saúde mental do ser humano em desenvolvimento. Quando o seu cotidiano está submetido à intolerância ou reações agressivas imprevisíveis, a capacidade de vinculação afetiva da criança fica comprometida, bem como seu potencial de desenvolvimento emocional, pautado na confiabilidade que o ambiente lhe oferece”(COELHO FILHO; POSSA, P. 103, 2004)

Acordamos sobre a necessidade de confiar em K, mantendo-o no Projeto “Nas ondas do Rádio”, responsabilizando-o por algo que fosse capaz de realizar, elogiando-o por suas conquistas. Pensando que a transformação de uma pessoa pode ser lenta, é importante saber que serão necessárias muitas e talvez incansáveis retomadas dos combinados, pois provavelmente K testará muitas vezes a aceitação dos adultos à sua volta até sentir-se reconhecido e pertencente à Unidade Escolar.

Segundo Jam Abram, estudiosa da obra de Winnicott, o indivíduo está em busca do ambiente que está preparado para dizer não, não como punição, mas como um incentivador do sentimento de segurança (1996, p.44 apud COELHO FILHO; POSSA, 2004)

Em conversa com a Equipe Gestora da escola, soubemos que K foi inserido em Grupo de Trabalho que organizará uma horta na UE. K não precisou de aulas de recuperação paralela uma vez que foi observado seu potencial e autonomia na leitura, escrita e cálculo matemático.

Há uma preocupação da Unidade Educacional em se reinventar constantemente para se organizar em prol de K e trazer seu aprendizado através de sua potencialidade.

Acreditamos que uma dimensão ainda não incorporada pela escola possa ser trabalhada através de um novo olhar que rompa com epistemologias e ideolo-

gias normalizantes, padronizantes e unificadoras. Este novo olhar pode ser incorporado a uma proposta pedagógica, mas não será certamente uma teoria sobre o psiquismo que contemplaria uma proposta pedagógica, dada a abrangência e especificidade desta. Este olhar novo, das diferenças, significa recriar o conhecimento que foi instrumentalizado para a normalidade, e assim, vulgarmente popularizado, se tornou sinônimo de fragilidade.(COSTA, P.17, 1996)

Referências

COELHO FILHO, J.G., POSSA, A.C. Quando o brincar é substituído pelo ato antissocial, In: AIELLO-VAISBERG, Tânia Maria José; AMBROSIO, Fabiana Follador e (Orgs.). **Cadernos Ser e Fazer: O Brincar**. São Paulo: IPUSP, 2004, p. 99-108.

COSTA, M.L.A. A intervenção psicopedagógica e a reinvenção da escola para além da modernidade. Revista **Psicopedagogia**. São Paulo, ABP, n. 15, v.37, p. 15-18, 1996.

12. Diretoria Regional de Educação São Mateus

*Andrea de Carvalho
Andrea Oliveira da Silva
Bianca Lionda
Daniela Shibuya Itamura
Iolanda Maria de Carvalho Santana
Sandra Souza Ramos
Terezinha dos Santos Lopes*

Grupo de Trabalho (GT) - A cultura do encontro

O Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem - NAAPA da Diretoria Regional de Educação de São Mateus, em consonância com as propostas do programa da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, adotou, no início de 2015, como primeira modalidade de atuação os Grupos de Trabalho, com o objetivo de apoiar e acompanhar as equipes docentes e gestoras no processo de ensino-aprendizagem dos educandos que apresentam questões decorrentes de suas condições individuais, familiares ou sociais que implicam em prejuízo no processo de ensino-aprendizagem.

A nossa preocupação com a educação vai além da garantia de direitos inquestionáveis do acesso e permanência de todos os educandos na escola. Ela está baseada, sobretudo, na confiança de que também precisam ser garantidos os processos de escolarização a que todos os educandos têm direito, ou seja, que todos os recursos humanos e materiais sejam utilizados para promover a significação de mundo e a capacitação do sujeito para interferência nesse mundo.

Esta proposta começou a ser implantada na DRE São Mateus com o objetivo de criar a cultura do encontro entre as Unidades Educacionais do mesmo território, que é composto por 52 EMEFs, 53 EMEIs, 121 CEIs, 3 CIEJAs e 1 EMEFEM, localizados nos distritos de Sapopemba, São Mateus, São Rafael e Iguatemi, nos limites da zona leste do município de São Paulo.

A modalidade de atendimento no formato de GT sugerida pela equipe NAAPA São Mateus surgiu da necessidade de ampliar o atendimento primeiramente às EMEFs, devido às demandas em relação ao tamanho da equipe, que dispunha de três pessoas em tempo integral e três em jornada reduzida para atender 230 Unidades Educacionais. Assim, o formato de atuação usando o modelo de GT vinha potencializar as EMEFs a acionarem a rede diante da percepção da necessidade dos educandos que apresentavam dificuldade de aprendizagem resultante de atendimento da saúde.

A equipe do NAAPA, composta naquele momento pela Coordenadora Iolanda Maria de Carvalho Santana, a Psicóloga Bianca Lionda, a Psicopedagoga Andrea de Carvalho e a ATE Sandra Ramos conveniou adotar a modalidade de atendimento no formato de GT para potencializar o diálogo, a reflexão e a construção de procedimentos e interlocuções tanto entre as Unidades Educacionais- U.E. como com os setores da Diretoria Regional de Educação - DRE, como Diretoria dos Centros Educacionais Unificados - DICEU, Supervisão e as frentes da Diretoria Pedagógica - DIPED, Centro de Formação de Apoio à Inclusão - CEFAl, buscando, desta forma, parcerias na Rede de Proteção Social.

Por que Grupos de Trabalho?

Nesse texto trazemos algumas reflexões sobre o percurso dos Grupos de Trabalho desde 2015 com a participação das/dos Coordenadoras/es Pedagógicas/os (CP), fundamentais para a discussão dos

primeiros casos do NAAPA, que, a princípio, por se tratar de um novo programa de SME, deparou-se com o desafio de caracterizar quais seriam as atribuições da equipe que se dedicou a elucidar as propostas e os limites de sua atuação junto às UEs e de como seria a composição com a então Equipe Multiprofissional, que deixava de ter o foco avaliativo centrado no educando e passava a ter um olhar pedagógico e suas implicações no processo de escolarização.

Além de elucidar sobre as dimensões de atuação da equipe, desses GTs surgiram as demandas que possibilitaram o acesso da equipe NAAPA às UEs, numa modalidade de atendimento que priorizava o levantamento de hipóteses para a elaboração de uma intervenção pedagógica junto à equipe escolar. Algumas vezes a equipe participou da JEIF quando os educadores exigiam que o educando fosse afastado da sala de aula por apresentar comportamento agressivo ou por algum outro motivo relacionado ao fracasso do processo de ensino-aprendizagem.

A partir das discussões dos GTs também surgiram os levantamentos de questões sociais apresentadas pelos CPs em que se fazia necessário acionar os parceiros da Rede de Proteção para a discussão, pois se percebeu a necessidade do apoio de serviços de proteção à integridade física ou familiar dos educandos em questão. A partir da troca de experiências dos parceiros e o campo de atuação de cada um, foi possível atender as necessidades dos educandos em situação de vulnerabilidade dos casos discutidos, potencializando nossas ações como Rede de Proteção, fazendo com que a rede de cuidados dialogasse com a educação e vice-versa.

Muitas vezes, os casos trazidos para o GT evidenciavam a necessidade de procurar o atendimento dos serviços de saúde para avaliação e possíveis acompanhamentos nessa área, favorecendo a interlocução entre a rede de serviços.

A conclusão dos trabalhos de 2015 culminou no levantamento e avaliação da atuação da equipe no território, que contabilizou 398 situações em que houve a intervenção da equipe NAAPA.

No final de 2015 foi realizada uma avaliação do trabalho que a equipe NAAPA desenvolveu no decorrer do ano que veio contribuir com a atuação pedagógica das UEs de modo significativo no sentido de encaminhamentos e intervenções, porém nos permitiu observar a necessidade de ampliar as ações junto às UEs mais dirigidas aos processos de escolarização. Essa avaliação possibilitou a ampliação do potencial de atendimento no formato de GT planejando as diretrizes das modalidades de atendimento da equipe NAAPA de São Mateus para o ano de 2016.

Consolidando os Grupos de Trabalho

Em 2016, o GT passou a acontecer de forma mais dialógica, possibilitando a presença das escolas do mesmo território, a fim de criar um espaço de interlocução entre elas, levando-as a refletir a partir das situações apresentadas no GT, promovendo a reflexão e elaboração de estratégias e ações para incluir o educando no processo de escolarização.

A equipe do NAAPA passou a ser composta pela fonoaudióloga Daniela Shibuja Itamura, pela psicóloga Andreia Oliveira da Silva, pela assistente social Terezinha dos Santos Lopes e, posteriormente, pela psicopedagoga Sandra de Souza Ramos. Desse modo, foi possível a ampliação do atendimento às UEs para Educação Infantil.

Os GTs foram divididos em dois momentos: o primeiro ocorria entre as 8h30 até 10h30, em que abordávamos um tema norteador de nossas práticas e despertador de novas reflexões e, o segundo, foi destinado a acessar e discutir, de forma dialógica, os casos trazidos pelas CPs das UEs e também dar uma devolutiva das ações promovidas pela equipe.

Entretanto, o primeiro momento foi naturalmente se estendendo à medida que as CPs foram contribuindo nas discussões, pois as/os participantes desejavam continuar os debates por sua importância para o intercâmbio de práticas e para a reorientação de ações junto aos educandos.

O primeiro GT do ano de 2016 ocorreu com todos os segmentos da DIPED para apresentação dos setores da DRE aos CPs da Rede. Dessa atividade surgiram algumas considerações sobre o plano de atuação do NAAPA.

A perspectiva central das discussões em GT foi a crescente patologização e medicalização da vida, que vem transformando características humanas em desordem ou doença, justificando, assim, insucessos dos processos de escolarização.

Para trabalhar com os Coordenadores Pedagógicos as questões de dificuldade de aprendizagem e cuidar para que nos registros pedagógicos constassem tais dificuldades, potencialidades e possibilidades dos educandos que apresentam dificuldade de aprendizagem, buscamos o embasamento teórico dos documentos AGIR I e II, tornando-os mais específicos para os planejamentos das ações da UE.

Apresentamos também o vídeo “Os perigos de uma história única”, de Chimamanda Adichie, com o objetivo de propor uma discussão do tema e problematizar algumas práticas com relação aos educandos, a fim de que pudessem sensibilizar sua equipe docente para olhá-los em suas dificuldades e passar a considerar os vários componentes do processo de escolarização e sua contribuição nesse processo.

Ao analisar alguns registros encaminhados ao NAAPA nos departamentos com um tema recorrente: agressividade em crianças de CEIs e EMEIs. Diante dessa constatação decidimos abordar o tema em Grupo de Trabalho para as CPs de CEIs e EMEIs, convidando-as, por meio de sensibilização, para a leitura e análise de um caso que ajudasse a rever suas práticas para além da agressividade e a pensar nas ações que podem ser tomadas na condição de equipe escolar, no sentido de fazer emergir as potências por meio de propostas sugeridas pela equipe NAAPA e participantes do GT.

Alguns casos encaminhados ao NAAPA apontavam a necessidade de potencializar a rede interna da escola fomentando o diálogo entre os componentes dessa rede, como o corpo docente, gestão escolar, equipe de apoio, Conselho de Escola, APM, Grêmios Estudantil entre

outros, no sentido de ampliar a noção e a ação dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem dos educandos.

Convidamos parceiros do território e especialistas para abordarem o tema do abuso sexual com o objetivo de problematizar o tema e propor novas posturas de análise dos sinais apresentados pelos educandos.

Ao final de cada GT, enviamos a todas/os as/os CPs presentes um e-mail contendo o resumo dos diálogos ocorridos nos encontros e informações que se fizeram necessárias, como os contatos dos participantes e do NAAPA, uma devolutiva aos apontamentos apresentados nas avaliações com o objetivo de reafirmar tais ações junto às UEs. Para multiplicar tais informações dos GTs, essas ações também são compartilhadas com as UEs que não se fizeram representar, por meio de circular regularmente enviada pela DRE.

Essa devolutiva é também uma ferramenta para agendarmos acolhimentos e analisarmos os casos individuais de cada UE.

O impacto da nossa ação é percebido nos relatos das avaliações dos GTs e, principalmente, quando auferimos um aumento significativo de participantes nesses GTs. No último, por exemplo, contamos com a participação de trinta EMEFs, os conselheiros tutelares do território, a fonoaudióloga da equipe NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), PAAIs (Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão) do CEFAl (Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão) e membros da DIPED (Divisão Pedagógica), NAAPA (Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem), Supervisão e SPVV (Serviço de Proteção a Vítimas de Violência) numa roda dialógica que extrapolou o tempo de discussão, contagiante e, ao mesmo tempo, desafiadora diante dos impasses dos apontamentos ali discutidos.

Nossa equipe vem aprendendo muito com a modalidade de GT. Aprendemos a problematizar e planejar maneiras de sensibilizar as/os Coordenadoras Pedagógicas/os, a enfrentar as informações de registros contendo julgamentos prévios e a propor uma reflexão mais minuciosa de cada questão, sobretudo, aprendemos nesse processo

o quanto as narrativas trazidas continham lacunas para o narrador, fazendo com que ele próprio revisitasse seus registros e verificasse, na queixa trazida, suas implicações pedagógicas.

Nossas ações têm se pautado na lógica da desconstrução da culpabilização da família, do sujeito, das condições sociais em que se encontram e da insistência na patologização e medicalização da vida como justificativa do fracasso escolar. Nesse sentido, convidamos os participantes dos GTs a refletir seu protagonismo no processo de escolarização, a sair do lugar comum, evitando as armadilhas que nos levam a generalizar os casos e a deixá-los a cargo da saúde e/ou do Conselho Tutelar.

Percebemos que o impacto do trabalho do NAAPA vem sendo determinante na construção da autonomia de algumas situações vivenciadas pela UE nesses dois anos, como a mobilização da rede interna, articulação da rede de serviços, potencialização da atuação das UEs frente aos seus desafios cotidianos e, principalmente, possibilitando que as UEs se reconheçam como parte da Rede de Proteção dos educandos.

Essas, entre várias outras questões, nos fazem refletir sobre nossas ações junto às UEs, diminuindo as distâncias entre a defesa, promoção e proteção dos direitos humanos.

13. Diretoria Regional de Educação São Miguel Paulista

De Rede em Rede

São crianças e adolescentes de muitos lugares: vem a pé, de carro e de ônibus. Vem do abrigo, da casa da avó, da rua, do CAPSI, de ninguém-sabe-onde. São crianças também de muitas histórias: de precariedade, resistência, violência, vínculos intensos, marcas no corpo, sofrimentos vários, descobertas muitas, lutas mais ainda. (SCHILLING; ANGELUCCI, 2016, P.11)

A diversidade tem morada na escola e a escola tem como missão a priori acolhê-la e a partir dela construir possibilidades de aquisição de conhecimento para a aprendizagem do educando e educanda.

Na perspectiva do currículo integrador como parte da Política Pública para a educação com o propósito de romper com as fragmentações existentes entre: corpo e mente, brincar e aprender, razão e fantasia, experiência e atividade, concepções e práticas, tempo da criança e tempo institucional.”(SÃO PAULO, 2015)

O trabalho, a partir desta perspectiva, têm suas dificuldades que podem nos remeter à necessidade de: conversar/estar/agir em grupo com outros dispositivos públicos de assistência ao sujeito (SÃO PAULO, 2015).

O movimento dialético entre a rotina escolar e o acesso a tais dispositivos é difícil de conciliar no cotidiano escolar. O Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (NAAPA) existe para

apoiar e acompanhar as equipes docentes e gestoras no processo ensino-aprendizagem dos/as educandos/as que apresentam dificuldades em sua escolarização decorrentes de suas condições individuais, familiares e ou sociais, em conjunto com a escola, assim como realizar a avaliação multidisciplinar dos educandos quando necessário e articular e fortalecer a rede de proteção social no território (Portaria nº 6.566, de 2014).

Na Diretoria Regional de Educação São Miguel Paulista (DRE-MP), a Divisão Pedagógica (DIPED) organiza as formações de gestores pela divisão do território em que cada parte ganha o nome de Polo, totalizando 4 Polos: Jardim Helena, Jacuí/São Miguel, Curuçá e Itaim Paulista; a cada semana do mês, um Polo é contemplado, logo, temos acesso a todas as equipes gestoras das EMEFs mensalmente.

Em abril de 2016, na formação das equipes gestoras do Polo Jacuí/São Miguel em que o NAAPA conduziu a discussão na temática da “Desmedicalização da Infância”, uma gestora identificou-se com o vídeo proposto “Ex-E.T.” e trouxe à tona angústias e experiências vividas em sua Unidade Escolar, principalmente, em relação a um aluno “laudado” como F70 (deficiente intelectual). A partir do relato, o NAAPA iniciou o acompanhamento em conjunto com a escola do caso.

O educando, matriculado no 5º ano, aluno da escola desde o 1º ano, é o 3º de uma família de 4 filhos de uma mãe com deficiência mental e um pai ausente do lar, morador de rua. Moram próximos à escola, numa casa com 2 cômodos de alvenaria, chão batido, sem acabamento e pouca ventilação, num quintal com outras casas em que o banheiro é coletivo.

Na escola, o aluno apresentava agitação psicomotora, agressividade com os colegas e funcionários, baixa atenção para com as atividades escolares e dificuldade de manter-se em sala de aula.

O primeiro movimento foi de investigação e acolhimento junto à escola, e, a partir das informações coletadas, percebemos a inserção do aluno em alguns dispositivos da Rede de Proteção Social: Centro de Atenção Psicossocial Infantil de São Miguel Paulista, Rede

Criança, Unidade Básica de Saúde - Terço Ventura, Centro de Referência e Assistência Social e Centro de Referência Especializado em Assistência Social.

O trabalho foi delineado através de diversas articulações e ações:

- Ida ao CAPS junto com a escola para verificação dos atendimentos prestados no serviço;
- Conversa com a mãe para coleta de informações da rotina da criança em casa e informações familiares;
- Organização da rotina da criança quanto aos seus medicamentos e atividades semanais na escola;
- Acompanhamento com a família e a escola articulados aos dispositivos da Assistência Social a fim de organizar os benefícios de direito do caso;
- Organização dos atendimentos terapêuticos e médicos articulados à Rede de Saúde;
- Atendimento das diferentes demandas familiares dos outros 3 filhos;
- Interlocução com a UBS a fim de estabelecer o atendimento da mãe na saúde;
- Conversas com o CAPS Infantil para solicitação de articulação para a mãe no CAPS Adulto;
- Reuniões frequentes com a equipe gestora para organização do projeto escolar do aluno;
- Conversas com o educando e acompanhamento da sua rotina escolar;
- Articulação entre os dispositivos da Rede de Proteção Social da família a fim de manter o seu acompanhamento contínuo e integrado.

As ações desenvolvidas e ainda em desenvolvimento partiram da compreensão da Rede como forma de os indivíduos, grupos e organizações estabelecerem relações mais cooperativas de apoio mútuo,

articuladas pelos diferentes tipos de interações a fim de estabelecer e construir a confiança entre os participantes, apostando nas relações mais humanizadas entre as pessoas e seus grupos rumo a intenções coletivas e produtivas para todos.

Percebemos ao longo das ações que a mãe foi construindo internamente a confiança na interação e diálogo com a escola e seus pares e tendo como referência a mesma quando algo diferente acontecia em sua rotina, buscando acolhida/ajuda, por exemplo, quando:

- Havia consulta médica no CAPS Infantil para seu filho e a medicação era prescrita, portanto, buscando ajuda para organização dos horários para ministrar o medicamento;
- Nos momentos em que não conseguia organizar-se diante das muitas orientações sobre a demanda dos seus filhos procurava a escola, procurava o NAAPA para organizar-se.

O comportamento da mãe nos remete a compreender para além do conceito de rede e refletir como Rosseti / Ferreira (2000) nos traz o conceito de “rede de significações” que possibilita uma compreensão do conteúdo simbólico das relações como mediadoras do desenvolvimento humano nas situações interativas que a cada momento captura e recorta o fluxo de comportamentos das pessoas, tornando-os significativos naquele contexto.

No acompanhamento do educando, em um dos dispositivos da Rede de Proteção Social (Rede Criança) durante os atendimentos, a mãe compartilhou o acompanhamento feito pelo NAAPA na escola com sua família e, a partir de tal comentário, pudemos realizar o estudo/trabalho compartilhado com esta instituição das necessidades familiares e identificamos na atitude da mãe o conceito de “capital social” que advém da compreensão que a comunidade, a família e o sujeito fazem parte da Rede Social que diz:

(...) a capacidade de interação dos indivíduos, seu potencial para interagir com os que estão a sua volta, com seus parentes, amigos, colegas de trabalho, mas também com os que estão distantes e que podem ser acessados

remotamente. Capital Social significaria aqui a capacidade de os indivíduos produzirem suas próprias redes, suas comunidades pessoais. (COSTA, 2005)

Acreditamos que as ações desenvolvidas com o educando, com a mãe e com a família faziam diferença para o seu desenvolvimento humano e social aumentando a confiança e a sensação de proteção social.

Na escola também observamos avanços com relação à concepção do sujeito com uma visão integral e a percepção de suas potencialidades institucionais na medida em que percebeu-se parte articuladora da Rede de Proteção Social de seus educandos.

A equipe gestora, a partir do caso, pode perceber-se potente e reconhecer suas potencialidades diante de outras dificuldades encontradas no cotidiano escolar, agindo e cuidando de forma autônoma.

Neste texto não esgotaremos a escrita das intervenções feitas com a família e/ou escola, pois foram muitas e de diferentes enfoques.

Contudo, pensar no educando e principalmente nas necessidades de intervenção frente às situações complexas como as expostas neste caso, mostra como o NAAPA pode articular o trabalho em suas diferentes instâncias, com a família, a escola e a Rede de Proteção Social, evidenciando as potencialidades do educando para o avanço no seu processo educacional. O trabalho se delineará a partir das potencialidades verificadas e das relações estabelecidas, sem qualquer solução ou receita pré-concebida, respeitando as singularidades de cada caso.

Referências

COSTA, Rogério. **Por um novo conceito de comunidade:** redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. Interface – Comunic., Saúde, Educ., v. 9, n. 17, p. 235-48, mar./ago. 2005.

Ex-E.T. Direção: BARGETON, Benoit (et al.). **França:** École Supérieure des Métiers Artistiques, 2008. Animação (8'27"). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A8BcnXmOI_s>. Acesso em: 1 set. 2016.

ANGELUCCI, C. B.; SCHILLING F. Escola no centro da rede de proteção social e a criação de novos possíveis no município de São Paulo: o caso do NAAPA. In: SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Caderno de Debates do NAAPA 2: questões do cotidiano escolar**. São Paulo: SME/COPED, 2016.

GONÇALVES, Antônio Sérgio; GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Redes de Proteção Social na Comunidade. In: GUARÁ, Isa Maria F. Rosa (Coord.). **Redes de proteção social**. 1. ed. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. p. 11-20. (Coleção abrigos em movimento).

MARICONDE, Maria Angela e SOARES, Maria Luisa Pereira Ventura. Família e rede social. In: GUARÁ, Isa Maria F. Rosa (Coord.). **Redes de proteção social**. 1. ed. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. p. 71-83. (Coleção abrigos em movimento).

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Katia S; SILVA, Ana Paula S. Uma perspectiva teórico-metodológica para análise do desenvolvimento humano e do processo de investigação. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 281-293, 2000. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/26362180_Uma_perspectiva_teorico-metodologica_para_analise_do_desenvolvimento_humano_e_do_processo_de_investigacao>. Acesso em: 31 ago. 2016.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo integrador da infância paulistana**. São Paulo: SME/DOT, 2015.

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº 6.566, de 24 de novembro de 2014**. Dispõe sobre a implantação e implementação do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem – Naapa, nas Diretorias Regionais de Educação da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências. São Paulo, 2014.

Autores e Autoras

Autores e Autoras que produziram os relatos de experiências

Diretoria Regional de Educação do Butantã

André Luiz Corrêa – Coordenador
Cíntia Carolina Pereira – Fonoaudióloga
Cintia da Silva Pinto de Carvalho – Psicopedagoga
Juliana Maria Soares de Toledo – Psicopedagoga
Maira Barbosa – Psicóloga
Rosiane Caetano – Assistente Social
Washington José Oliveira da Fonseca – Psicólogo

Diretoria Regional de Educação do Campo Limpo

Danielle Alves Parussi – Psicopedagoga
Graciane Rodrigues Santos Balaban – Psicopedagoga
Karina Chagas dos Santos – Psicóloga
Lais Aparecida Nunes – Fonoaudióloga
Laura Rosa Ribeiro Mendes – Coordenadora
Lucilene Maria da Silva – Assistente Social
Paulo José Cavalcante – Psicólogo

Diretoria Regional de Educação da Capela do Socorro

Aline Aparecida Perce Eugenio – Coordenadora
Fabiana Jurca Dadas – Psicóloga
Juliana Borges Pinheiro – Assistente Social
Renata Pavanelli – Fonoaudióloga
Silvana Carnaúba da Silva – Psicopedagoga
Simone Alves dos Santos Guerra – Psicopedagoga

Diretoria Regional de Educação da Freguesia do Ó

Jessica Santos de Mello – Assistente Social
Juliana Scharff – Psicóloga
Luciana Silva Pessoa – Psicopedagoga
Milena Caliseo Pimentel Andrade – Psicopedagoga
Patrícia Aguiar Chun – Fonoaudióloga
Sueli Ramos Leite – Coordenadora
Tania Regina Rodrigues Diniz – Psicóloga

Diretoria Regional de Educação de Guaianases

Danilo Fernandes Costa Feitosa – Psicólogo
Edina Ferreira de Oliveira – Coordenadora
Elaine Saubo do Nascimento – Fonoaudióloga
Elza Viana dos Santos – Psicopedagoga
Nádia Célia Fagundes de Souza Rezende – Psicopedagoga
Paloma Lima de Oliveira – Assistente Social
Ticiane Silva Raymundo – Psicóloga

Diretoria Regional de Educação do Ipiranga

Erika Renata de Freitas – Coordenadora
Fernanda Bagnola Amaral Macedo – Psicóloga
Ilka Otília Caldeira – Psicopedagoga
Jussara Trindade Coutinho Faria – Psicóloga
Ligia Priscila Pitta Peres – Assistente Social
Priscila de Souza Martins Galvão – Fonoaudióloga

Diretoria Regional de Educação de Itaquera

Arícia Raquel Aud da Silva Valério – Psicóloga
Camila Martim do Nascimento – Fonoaudióloga
Grazielly Bertoli Vidal – Psicóloga
Keit Cristina Anteguera Lira – Coordenadora
Márcia Victor da Silva – Psicopedagoga
Rita Carla da Silva Oliveira – Assistente Social
Simone de Paiva Habyak – Psicopedagoga

Diretoria Regional de Educação do Jaçanã

Adriana Meira Palma – Psicopedagoga
Ana Carolina Godoy Fernandez Lojo – Psicóloga
Angélica de Menezes Pombo – Fonoaudióloga
Carolina Magalhães Vale Resende – Assistente Social
Denise Ramos Rodrigues – Coordenadora
Joyce Affonso Miranda Tenório – Psicóloga

Diretoria Regional de Educação da Penha

Ana Karla Moreira Silva – Assistente Social
Ana Paula Puzzello Ghiraldini – Psicóloga
Marcia Cristina Piccinim Costa – Psicóloga
Monica de Fatima Laratta Vasconcelos – Psicopedagoga
Núbia Nogueira Chinoca – Psicopedagoga
Rosana de Sousa Maia Cunha – Coordenadora
Veronica Scalone – Fonoaudióloga

Diretoria Regional de Educação de Pirituba

Fernanda Gasparetto – Psicóloga
Iara Susi Maria Silva – Psicóloga
Laiza Frohmut – Assistente Social
Marcia Andrea Bonifacio da Costa Oliveira – Coordenadora
Monica Quatrochi Morgado de Santo – Fonoaudióloga
Rosilene Rosa de Sá – Psicóloga
Rosemeire Quilante – Psicopedagoga
Vanessa Grandizoli Graças – Psicopedagoga

Diretoria Regional de Educação de Santo Amaro

Ana Cláudia de Paula Correia – Coordenadora
Andreza Moreira Gaino – Fonoaudióloga
Claudio Alexandre Kovacs Pires De Godoi – Psicólogo
Heleni Ferreira da Silva – Assistente Social
Mariangela Alves Feitosa Fernandes – Psicopedagoga
Sílvia Cristina Vicentini de Souza – Psicopedagoga
Tatiana Cristina Pereira – Psicóloga

Diretoria Regional de Educação de São Mateus

Andrea de Carvalho – Psicopedagoga
Andrea Oliveira da Silva – Psicóloga
Bianca Lionda – Psicóloga
Daniela Shibuya Itamura – Fonoaudióloga
Iolanda Maria de Carvalho Santana – Coordenadora
Sandra Souza Ramos – Psicopedagoga
Terezinha dos Santos Lopes – Assistente Social

Diretoria Regional de Educação de São Miguel Paulista

Alexandra Paula Barbosa – Assistente Social
Caroline Fernandes Lima – Fonoaudióloga
Deborah Ganini Da Silva Ramalho – Psicóloga
Elaine Scarpioni Barbosa – Psicopedagoga
Marta Maria Da Silva – Coordenadora
Samara Samih Abdallah – Psicopedagoga
Thais Cristina De Lima – Psicóloga

